



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 525 - DE 7 A 20 DE AGOSTO DE 2016 - R\$ 4,00

Sindicato Metalúrgico do ABC dá seu reconhecimento ao governo golpista de Temer



**NÃO à conciliação de classes!
Combater nas ruas o
governo golpista de Temer!**

MERCOSUL

**Brasil, Argentina e Paraguai
alinhados com o imperialismo**

Governo golpista não se depara com resistência

Romper o cerco da política de conciliação de classes

A Comissão Especial do Impeachment aprovou o relatório Anastasia. No final deste mês, o dramalhão encerra o último capítulo do vergonhoso golpe de Estado. Os petistas não mais terão a tribuna parlamentar para repetir à exaustão que Dilma Rousseff foi vítima de uma conspiração. E os opositoristas que se tornaram os atuais governistas terão o conforto dos vencedores.

Os acontecimentos que levaram à derrocada do PT e à derrubada de seu governo mostraram que os pretensos reformadores do capitalismo se submeteram a tal ponto à burguesia e às putrefatas relações de Estado que concluíram de joelhos, apesar dos discursos inflamados contra o golpe, pela democracia e pelo “Estado de Direito”. Não foram capazes de mobilizar a classe operária e as camadas oprimidas da população que possibilitaram a ascensão do PT ao poder por meio do voto. O exemplo do golpe militar de 1964 de nada serviu aos caricatos reformistas.

As massas não viram por que defender um governo que as atacava. E, em particular, a classe operária não confiou um só fio de cabelo nas intenções dos burocratas sindicais. A maior prova de que o PT, PCdoB, CUT, MST, MTST e UNE limitaram a resistência ao golpe às instituições e à democracia burguesas, no entanto, está sendo exposta diante do governo de Michel Temer.

Os explorados estão diante de um planejado ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, mas não veem como combatê-lo. Avançam o desemprego, as perdas salariais e a alta do custo de vida, mas não se encontram uma direção que levante as reivindicações próprias e inspire confiança. Avançam as privatizações, mas as massas não se deparam com uma direção que tenha preparado a luta contra os vendilhões antinacionais. Projeta-se uma nova política de seguidismo ao imperialismo, em especial aos Estados Unidos, mas a classe operária está alheia ao significado da opressão nacional.

Os anos a fio de política de conciliação de classes fizeram do PT, da direção da CUT e dos demais aliados do chamado “campo democrático e popular” serviços do grande capital. Está aí por que os pretensos reformadores capitularam diante da derrubada do governo Dilma Rousseff, ao aceitarem as condições políticas e sociais impostas pelas forças burguesas golpistas. Capitulam agora diante do governo antinacional e antipopular da coligação PMDB, PSDB, DEM e rebotalhas.

Não foi nada estranho o fato do PT e PCdoB apoiarem a eleição de Rodrigo Maia (DEM) para a presidência da Câmara

dos Deputados. O fato expressou a capitulação que foi se concretizando como resultado das posições dos governistas diante do movimento da direita golpista. É o que também explica a ida do presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC ao encontro do ministro do Trabalho. O que os burocratas faziam sob o governo de Dilma Rousseff, agora, podem continuar fazendo sob o governo golpista de Michel Temer. Lá foram juntos a CUT e a Força Sindical pedir a Temer que não só apoie os pleitos das multinacionais como faça mais do que fez Dilma.

No Congresso Nacional, os parlamentares petistas apoiam a reorganização política necessária para consolidar o golpe, elegendo Rodrigo Maia. No movimento sindical, a burocracia petista trai os interesses da classe operária, bloqueia as lutas e impede que se alcance a unidade necessária para golpear o governo Temer. O furibundo acordo imposto pela Volkswagen aos metalúrgicos retratou no seio da classe operária de que forma a política de colaboração de classes expressa a capitulação diante do imperialismo, cujas multinacionais determinam em última instância a política burguesa.

Os projetos de reforma da previdência e da CLT, a criação de um teto constitucional para os gastos primários da União, estados e municípios, a privatização de patrimônios da Petrobrás, de toda infraestrutura, a diretriz de ampliação da abertura do mercado interno, o recrudescimento da criminalização dos movimentos, etc. formam um todo, que deve ser combatido como um todo e com uma mesma estratégia de luta pela derrubada do governo golpista.

Basta a inoperância da CUT e aliados diante das privatizações na Petrobrás para se constatar que aqueles que se esmeraram em manter erguida a bandeira do nacionalismo burguês de “O Petróleo é Nosso” se mostram incapazes e desmoralizados para levantar os petroleiros e o conjunto dos explorados contra o governo entreguista. Não há dúvida de que a resistência nacional e anti-imperialista depende da classe operária, que se acha bloqueada pelos aparatos sindicais burocratizados, estatizados e corrompidos pela política de conciliação de classes. A luta independente passará pela resistência aos ataques do governo golpista e pela superação da política pró-capitalista do PT e consortes. É necessário empreender uma campanha nas fábricas em defesa das reivindicações próprias dos explorados e de combate aberto ao governo golpista.

Não há dúvida de que a resistência nacional e anti-imperialista depende da classe operária, que se acha bloqueada pelos aparatos sindicais burocratizados, estatizados e corrompidos pela política de conciliação de classes.

Como se coloca a luta anti-imperialista no Brasil

Um dos compromissos do governo golpista é o de tocar para frente as privatizações. A mudança do marco regulatório que atribuía à Petrobrás poderes sobre as reservas do Pré-sal se deu ainda sob o mandato de Dilma Rousseff. A privatização das jazidas de Carcará, na Bacia de Santos, inaugura uma nova etapa de entreguismo e desnacionalização.

A norueguesa Statoil, que é estatal, foi presenteada com abundante lençol petrolífero. Estão previstas as licitações das áreas Carcará, Gato do Mato, Tartaruga Mestiça e Sapinhoá. Certamente, também passarão para as mãos de multinacionais. Em nome da solução do endividamento da semiestatal Petrobrás e de sua incapacidade de exercer o monopólio da prospecção do Pré-sal, Temer atende aos interesses imperialistas.

Novas privatizações no setor das elétricas fazem parte do plano entreguista. Seis distribuidoras do Norte e Nordeste estão na lista. Desde a farta privatização no governo de Fernando Henrique Cardoso, não se via uma sanha tão grande. Logo mais, todo o setor de energia estará nas mãos do capital monopolista. Nesse mesmo sentido, está bem avançado o setor de infraestrutura.

Nota-se que os impulsos às privatizações ganham maiores proporções em situação de crise econômica, em que o peso da dívida pública se manifesta como um problema para o capital financeiro. Foi o que ocorreu na década de 1990. E retorna agora com a recessão. Os capitalistas se valem desses momentos da economia nacional para se apossarem dos ativos da União, do patrimônio público. Não por acaso, os governos do PT capitularam diante das pressões privatistas. É irrelevante o balanço se foram gradualistas, mais ou menos entreguistas. O fundamental está em que o Estado semicolonial não pode proteger os interesses nacionais.

A gigantesca dívida pública e a insuportável carga de juros são utilizadas para justificar as privatizações. Os agentes da burguesia e, em especial, do imperialismo, inventam que o alto endividamento se deve à política errada, estatista, populista e ao desperdício. Oculta-se que o endividamento é uma imposição do capital parasitário e que determinados governos podem ser mais ou menos permeáveis.

Um estudo independente da composição da dívida, que para isso teria de ser feito sob o controle operário, mostraria o quanto resultou da imposição do capital financeiro e das grandes corporações ao Estado e ao governo de plantão. O regime de endividamento permanente dos Estados semicoloniais é próprio do domínio mundial do imperialismo. Por essa via, penetra profundamente na estrutura econômica do país, impulsiona a desnacionalização e permite que as potências atuem por cima de suas fronteiras.

Essa é a explicação por que o nacionalismo burguês sempre se mostrou limitado e fracassou no seu intento de alcançar a independência nacional. O fato é que o Brasil está diante de mais um surto de privatizações, cujo principal objetivo é o de acabar com o poder do Estado sobre o petróleo. A burguesia nacional também se encontra amplamente desnacionalizada. Quanto mais coloca os ramos fundamentais da produção e da extração em poder do capital internacional e quanto mais aliena as riquezas naturais, mais se torna antinacional e mais rechaça seu antigo nacionalismo. É o que tem se evidenciado desde o golpe militar de 1964 e, principalmente, nas três décadas da “Nova República”.

O proletariado não teve como encarnar a defesa nacional, a soberania do País e, conseqüentemente, a luta anti-imperialista. No entanto, essa constatação não contraria que somente a classe revolucionária, o proletariado, apoiada na maioria oprimida, pode se opor ao domínio externo. É necessário que a vanguarda entenda a fundo esse problema histórico e programático.

A bandeira de independência nacional passa pela luta contra o pagamento da dívida pública e a desnacionalização, bem como pela defesa do estatismo. Não pagar a dívida, eliminar o parasitismo dos juros, reestatizar tudo que foi privatizado, estatizar o sistema financeiro e impor o controle operário na grande indústria são o ponto de partida da luta revolucionária do proletariado pela conquista do poder. Convoquemos os operários, os camponeses pobres e as massas populares urbanas a rechaçar a política antinacional do governo golpista e a lutar pela independência nacional do Brasil. Não pagaremos a gigantesca dívida pública com a desnacionalização, as privatizações e com nossos empregos e salários!

Brutal ataque ao funcionalismo

O acordo provisório do governo golpista com os governadores sobre as dívidas dos estados previu uma contrapartida violenta que atinge amplamente o funcionalismo público. O diagnóstico do ministro da Fazenda e do Planejamento é o de que a folha de pagamento é a grande responsável pelo rombo dos entes federados.

Segundo análises, governadores e prefeitos fraudaram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Elevaram o custo da folha de pagamento, ultrapassando o teto de 60% fixado por lei. Michel Temer e seus ministros da área econômica aproveitaram a situação caótica de estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul para enviar um projeto de lei - impropriamente chamada Lei de Socorro aos Estados - que prevê o congelamento salarial e a proibição de novas contratações.

Caso seja aprovada integralmente, a nova lei acabará com as manobras usadas pelos prefeitos e governadores que, para suprirem a falta de funcionários, recorrem à contratação terceirizada, bem como inibirá certos benefícios como auxílio-moradia. Esse é o ideário do governo golpista. No fundo, pretende-se conter os gastos com a folha de pagamento por meio do arrocho salarial, da não contratação e do aumento da carga de trabalho. São típicas medidas capitalistas de exploração do trabalho.

O uso da terceirização tem servido aos prefeitos e governadores justamente para diminuir o funcionalismo estatutário e para economizar à custa da precarização das relações de trabalho. Mesmo assim, o projeto de Temer proíbe novas contratações por dois anos, desconhecendo que nas áreas de funções públicas mais importantes, voltadas à população, como saúde, educação e previ-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

dência, necessita-se urgentemente de contratações. Se aprovada e aplicada tal lei, haverá demissões dos terceirizados, quando deveriam ser imediatamente efetivados; e os contratos de terceirização rompidos.

O relator do projeto de lei, Espiridião Amin (PP), avaliou que como está não passará na Câmara dos Deputados. Temer e seu ministro Henrique Meirelles tiveram de concordar com mudanças. Foi negociada a retirada da proibição de novas contratações e de reajuste aos salários. Manteve-se o teto dos gastos com a folha de pagamento e a obrigatoriedade de incluir os servidores aposentados nos cálculos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O pressuposto do governo de impor um limite não foi senão o de reafirmar o que reza a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que se pretende é colocar no débito da folha de pagamento os inativos e cercear as manobras contábeis dos prefeitos e governadores, a exemplo da parcela da dívida de um exercício que passa para outro na forma de “restos a pagar”. Eis o que disse Henrique Meirelles diante da dificuldade de aprovar integralmente o projeto de lei, publicado pelo “O Estado de São Paulo”. “...o que importa, no projeto, é a limitação do aumento dos gastos à inflação do ano anterior, e isso foi mantido. A inclusão dos Estados na regra do teto de gastos é inegociável.”

O governo sabia de antemão que a proibição de reajuste e de contratações não seria aceita. Essa não era a principal imposição. O projeto de lei trata de submeter os estados e municípios à reforma constitucional em curso (PEC 241/16), que determina um teto nos gastos obrigatórios do governo, que não incluem os juros

da dívida pública. Ao limitar o dispêndio com gastos primários, não permitindo aumento de um ano para o outro, a não ser um reajuste de acordo com o IPCA, o governo golpista anula a fixação constitucional de gastos com a saúde e educação, por outro lado impõe um arrocho aos salários dos aposentados.

As dificuldades orçamentárias dos estados e municípios ensejaram um acordo que impõe os fundamentos da PEC 241/16. Uma vez que o Congresso Nacional a aprove, os demais entes federados terão de segui-la. É esse o objetivo geral do “novo regime fiscal”.

É evidente que se trata do endurecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituída no ano 2000 por Fernando Henrique Cardoso e ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). De uma penada, modificam-se atribuições constitucionais a gastos primários essenciais à vida da população. E para quê? Para que se volte a ter superávit primário para sustentar a gigantesca dívida pública e pagar um montante de juros e amortizações que sangra os cofres públicos e limita drasticamente o Orçamento da União. A mesma regra deve ser seguida pelos Estados e municípios.

A esperteza de Meirelles é tanta que colocou a carroça na frente dos bois. Antes mesmo de o Congresso Nacional aprovar a PEC 241/16, já está sendo imposta aos estados e municípios.

É necessário que o funcionalismo inicie imediatamente um movimento nacional contra esse ataque brutal. Trata-se de levantar as bandeiras: **1) Abaixo a PEC 241/16; 2) Não à lei que estende a PEC 241/16 ao funcionalismo; 3) Não à reforma da previdência; 4) Não à reforma trabalhista; 5) Não pagar a dívida pública; 6) Fim da sangria do Tesouro Nacional.**

O fracasso da manifestação da direita golpista não muda a ordem dos fatores

Era esperado que os atos convocados pelo “Vem Pra Rua” seriam bem menores que os anteriores, mas não tão esvaziados e insignificantes. De acordo com essa previsão, o “Movimento Brasil Livre” decidiu não convocar a manifestação de domingo, 31 de julho. Os politiquinhos do PSDB, DEM, PMDB, etc. desconhecaram o chamado. Em São Paulo, compareceram os deputados Major Olímpio (SD) e Eduardo Bolsonaro (PSC). Ambos da direita que reivindica abertamente o golpe militar de 1964. Os jornais destacaram a presença do historiador Marco Antônio Villa, que representa a máxima degradação dos intelectuais que poderiam no passado ser classificados de esquerda.

A explicação para tamanho fracasso foi a de que “o objetivo principal não é o impeachment”. E qual então é o objetivo? Segundo os organizadores, seriam as bandeiras: “voto distrital, fim das coligações e fim do foro privilegiado”. O “Vem Pra Rua” pretende assim ser caixa de ressonância da velha cantilena de “reforma política”, levantada pelos grandes partidos da burguesia, inclusive pelo PT. O Movimento Brasil Livre justificou sua ausência com o argumento de que espera o momento em que o Senado votará pelo impeachment de Dilma Rousseff.

A camada mais rica da classe média está confiante no ponto final a ser dado pelos senadores em fins de agosto. As camadas mais pobres que foram arrastadas pela mais rica estão vendo que a troca do governo burguês de Dilma Rousseff pelo governo burguês de Michel Temer não apenas não lhes trará vantagens como imporá perdas. A reforma da previdência, sem dúvida, também as atingirá. Mais impostos estão previstos. Mais cortes nos serviços sociais virão. A classe

operária e os camponeses que sobrevivem no dia-a-dia arcam com o maior peso da crise, mas as camadas pobres da classe média não terão como se livrar da política antipopular do governo. É bem provável que esse horizonte já assusta parcelas da pequena-burguesia que se entusiasmaram com as falsificações do movimento golpista.

O governo petista procurou a via do gradualismo e das manobras em seu plano econômico. Mas o capital financeiro e os monopólios exigiam um tratamento de choque, o que serviu de base para potencializar o movimento pela derrubada do governo petista. As organizações de redes sociais “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre” serviram de instrumentos do grande capital, dos setores mais poderosos da oligarquia e de poderosos partidos, para mobilizar a classe média rica e esta arrastar suas baixas camadas.

A classe operária submetida à burocracia sindical e sem seu partido revolucionário não teve como intervir com independência de classe na crise interburguesa, de forma que pudesse separar a camada rica e reacionária das camadas pobres e arruinadas da classe média. Isso explica por que funcionaram os artificialismos das redes sociais e a campanha do aparato de propaganda da grande imprensa capitalista em favor do golpe de Estado, disfarçado de constitucional, democrático e ético.

O triunfo do impeachment, que está próximo de juridicamente concluir, exaure o motivo central da existência de tais movimentos. É o que explica sua pequena audiência no dia 31 de julho. Pode ser que, próximo à decisão final, “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre” unidos consigam realizar uma festa de comemoração ao golpe institucional. Isso se a classe média rica não preferir estourar champanhes

em seus recatados recantos. A conclusão é que o fracasso da manifestação da direita não pesará no andamento final do impeachment. O que quer dizer que já cumpriu sua função no golpe de Estado.

MTST a serviço da política eleitoral do PSOL

A manifestação, no Largo da Batata, em São Paulo, organizada pelo MTST e PSOL, foi realizada sob a bandeira de “Fora Temer”, “Volta Dilma” e “Plebiscito popular por novas eleições”. A “Frente Povo Sem Medo” serve à política pequeno-burguesa da direção do MTST e do PSOL, sob a qual se abrigam algumas correntes de esquerda.

Apesar dos discursos inflamados contra o golpe e por derrotá-lo nas ruas, o objetivo real foi o de armar uma tribuna para a candidatura de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo. Lindbergh Farias, senador do PT, declarou-se confiante na vitória de Dilma Rousseff. E Luiza Erundina exortou os presentes a continuar nas ruas para que o resultado final seja a derrota do golpe. Guilherme Boulos, dirigente do MTST, acrescentou a esse conteúdo sua discordância com a reforma trabalhista e da previdência. Nada foi distinto, portanto, dos atos convocados pela Frente Brasil Popular, do PT, PCdoB, CUT e MST, dos quais participaram o MTST e a Frente Povo Sem Medo.

Desde a convocação, estava claro que a manifestação estava submetida ao calendário da votação do impeachment. As reivindicações dos explorados quando mencionadas foram penduricalhos e adornos à bandeira do “Fora Temer” e “novas eleições”, soltadas aqui e ali como fogos de artifício. Traduzindo seu conteúdo, “Fora Temer” significa convencer os senadores a votar contra o impeachment; “plebiscito por novas eleições” implica que Dilma Rousseff, uma vez reconduzida à presidência, se coloque por convocar novas eleições, acatando a proposição apresentada por um grupo de senadores.

Está aí por inteiro a política do PSOL, que se colocou contra o impeachment sob a bandeira de eleições gerais, o que lhe serviu para se diferenciar do PT. O MTST serviu de estofo para projetar essa posição, ao ponto de agora convocar manifestações dirigidas às eleições municipais. Uma camada da classe média, principalmente da juventude estudantil, se perfila em torno dessa linha democratizante. A presença do MTST que tem dirigido importantes ocupações de terras urbanas lhe dá um caráter “popular”. Por essa via, agora, vão mergulhar na caça aos votos. Concluído juridicamente o golpe, se limitarão a fazer oposição parlamentar ao governo golpista de Temer e esperarão as eleições presidenciais de 2018.

Que frente é necessária?

A ofensiva da burguesia e do governo golpista contra a vida dos explorados se traduz na gigantesca onda de demissões e de crescimento do exército de desempregados. No entanto, a burocracia sindical, as lideranças dos movimentos e partidos ditos de esquerda, como o PSOL, simplesmente desconhecem, não se importam ou fazem demagogia em torno dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Armaram durante o processo de impeachment a Frente Brasil Popular, que no passado havia se constituído para eleger Lula, e a Frente Povo Sem Medo, fruto das divisões no campo do reformismo e do burocratismo sindical, de onde surgiu o PSOL e a Intersindical (também dividida).

Não é por acaso que em nenhum momento tais frentes se dispuseram a combater no terreno da classe operária os ataques da bur-

guesia ao conjunto dos explorados. Não responderam às demissões, fechamento de fábricas, destruição de postos de trabalho, alta do custo de vida, confisco salarial, perda de poder de compra do salário mínimo de fome, quebra de direitos trabalhistas, implantação da terceirização e imposição da flexibilização do trabalho pelas multinacionais, bem como à expulsão de camponeses das terras, à situação de miséria dos assentados e assassinatos no campo. Tais frentes, como se constata, se justificam não como necessidade de unir forças contra a exploração do trabalho, o domínio latifundiário, a miséria e a fome, mas sim para montar os aparatos eleitorais.

As reivindicações ditas populares - moradia, saúde, educação, transporte, direitos, etc., - são desvinculadas do programa operário, que é extraído diretamente da exploração do trabalho e que se choca abertamente com os interesses e a dominação dos capitalistas. Essa operação é praticada pelos reformistas burgueses e pequeno-burgueses. Serve à política eleitoral, demagógica e cínica. Os reformistas eleitoreiros escondem que as favelas, cortiços, sem-teto e moradores de rua resultam do desemprego, do subemprego e do salário mínimo de fome. É mais fácil e conveniente para os eleitoreiros se aterem

às “reivindicações populares” ou chamadas de “sociais”. Podem, em torno delas, prometer uma política econômica distributiva, desconcentracionista, em resumo, “inclusiva”. Foi o que o PT fez e concluiu de joelhos diante do grande capital. E é o que pretende fazer o PSOL e seu braço popular-sindical.

A situação exige o contrário do apresentado pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. O governo golpista anunciou sem temor

as reformas antioperárias e antipopulares que logo mais irá para o Congresso Nacional. Os informes sobre a crescente taxa de desemprego, a redução da renda nacional dos trabalhadores e a persistente alta do custo de vida indicam que os explorados estão sendo brutalmente sacrificados. Esse é o ponto de partida da luta contra a burguesia e seu novo governo. Estava colocado em todo o trajeto do impeachment e está agora diante de Michel Temer.

Trata-se de pôr em pé uma frente única de luta, que tenha por base as reivindicações que unificam a classe operária e os demais explorados. Diante das demissões, greve com ocupação de fábrica em defesa da estabilidade, redução da jornada sem redução salarial e escala móvel das horas de trabalho. Diante do avanço da pobreza e miséria, salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. Diante das reformas antipopulares, fim da flexibilização do trabalho, incorporação de todos os terceirizados, aposentadoria sustentada pelos capitalistas e seu Estado, não à reforma trabalhista e da previdência. Diante do agravamento das condições de vida das massas, saúde pública universal, sob o controle operário, estatização do sistema privado, sem indenização; educação pública universal, estatização do sistema privado, plano de moradia popular garantido pelo Estado e sob o controle operário, ocupação imediata dos imóveis e terrenos utilizados para fins de especulação imobiliária e reserva de valor.

Que as centrais, os sindicatos e movimentos organizem imediatamente uma campanha nacional, baseada na convocação de assembleias, organização de comitês e no método da ação direta. Por esse caminho, será possível unificar as reivindicações e os movimentos como uma só força contra a burguesia e o governo golpista de Temer. Essa é a frente que colocará a classe operária como a força motriz da luta anticapitalista e anti-imperialista.

Sindicato Metalúrgico do ABC reconhece o governo golpista

No dia 2 de agosto, o presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Rafael Marques, e do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, Miguel Torres, compareceram a uma audiência com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB). O objetivo foi o de discutir a criação de um “Programa Nacional de Renovação da Frota de Veículos” e “aperfeiçoamento ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE)”.

Vejamos algumas informações dadas por Rafael Marques: *“Conversamos sobre as negociações em curso para preservar empregos e a lentidão na recuperação do setor automotivo. Apresentamos duas frentes principais como proposta ao ministro interino...”* “A ideia é ter um Programa que fique em maior sintonia com os processos de produção. Tem setores do empresariado que querem o fim da estabilidade após o PPE e não concordamos com essa posição...”. *“Defendemos que o governo participe com uma cota maior de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, no Programa ...”*. *“Entregamos o documento com o detalhamento da proposta e a reação foi positiva. O ministro é um entusiasta da Renovação de Frota e afirmou que podemos contar com o seu apoio à nossa iniciativa”*.

O Sindicato Metalúrgico do ABC, vinculado à CUT, acaba de reconhecer o governo golpista de Temer e seu ministro do Trabalho. Toda a história de que se trata de um governo “ilegítimo” foi para o lixo. Em nome da crise econômica e dos empregos, os burocratas da CUT e da Força Sindical compareceram unidos para mendigar apoio do governo golpista à política de conciliação de classes e traição aos interesses gerais da classe operária e particulares dos metalúrgicos. Certamente, foram recebidos com vênua pelo ministro Ronaldo Nogueira, interessado em consolidar o governo golpista de Temer. Nada melhor do que se mostrar amigável e “entusiasta” com a proposta de flexibilização capitalista do trabalho, incorporada pela burocracia sindical. Nesse mesmo dia, o Sindicato Metalúrgico do ABC impunha à assembleia um novo acordo ditado

pela Volks, que revogava pontos do acordo anterior e que punia ainda mais os operários com o arrocho salarial e com novo PDV. Os burocratas querem salvar um PPE que serviu às multinacionais, que agora exigem muito mais. O pedido ao governo golpista de que use uma cota maior do FAT é uma escandalosa defesa dos interesses das corporações industriais. O pedido significa saquear ainda mais o FAT, que em mãos do governo serve para beneficiar poderosos grupos econômicos e os bancos.

A classe operária deve rechaçar a ida dos burocratas ao governo por terem falado em seu nome e por falsificarem os verdadeiros problemas vividos pelos assalariados. Devem reprovar essa vergonhosa colaboração com o governo golpista. Enquanto a classe operária estiver sob essa política, continuará padecendo das demissões em massa, do desemprego crescente e da miséria. Já passou da hora dos explorados rechaçarem o PPE, lay-off, PDV, terceirização e reduções salariais. Em contraposição, a classe operária tem suas respostas e reivindicações próprias às demissões e ao desemprego. Eis: 1) redução da jornada sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho); 2) estabilidade no emprego; 3) efetivação imediata dos terceirizados; 4) controle operário da produção.

A burocracia que se encastelou nos sindicatos oculta o programa próprio da classe operária e combate ferrenhamente a vanguarda que luta contra as medidas capitalistas de flexibilização do trabalho. A crise é tão profunda que a necessidade da burguesia recrudescer a exploração da força de trabalho põe por terra até mesmo um PPE que lhe é tão favorável.

Mais cedo ou mais tarde, a classe operária instintivamente se levantará contra as direções traidoras e abrirá caminho para fortalecer o trabalho de constituição de uma direção revolucionária. A tarefa imediata é a de defender a organização de um movimento local, regional e nacional contra as demissões, pelo fim do desemprego e pela defesa da vida da maioria.

Burocracia sindical convidou o ministro do Trabalho para defender a reforma trabalhista

Dirigentes do Sintraconst, ligados à Força Sindical, convidaram o ministro do Trabalho do governo golpista de Temer para participar do Seminário da Construção no RJ. O ministro, Ronaldo Nogueira, disse que seu objetivo é o de fortalecer o movimento sindical. O sem-vergonha não se acanhou em defender as mudanças na CLT de retirada de direitos, aplicando a fórmula da supremacia do “negociado sobre o legislado”. Concluiu mentindo que não se trata de reforma trabalhista, mas de atualização da legislação trabalhista. É ou não é um descarado sem-vergonha?

Esse é um reflexo da podridão que tomou conta dos sindicatos. Burocratas sindicais e o ministro usaram o sindicato como correia de transmissão da política capitalista de retirada de direitos. No sindicato operário não pisa patrão, nem governo. O sindicato é um organismo de luta contra os patrões e governo.

Está aí por que os operários conscientes devem se organizar para jogar para fora dos sindicatos os burocratas vendidos e traidores. Devem tomar conta de sua organização, tornando-a independente do governo e da política burguesa.



MST na mira da Lei antiterrorismo

O dirigente José Valdir Misnerovicz está preso no Núcleo de Custódia de Segurança Máxima de Aparecida de Goiânia. Junto a ele estão nas mesmas condições mais três militantes do MST. O Ministério Público fez a denúncia à Justiça baseando-se na lei 13.260, lei antiterrorismo. Os promotores Julianna Giovani Gonçalves e Sérgio Luís Serafim os enquadraram como responsáveis por “organizações criminosas” e por atos de violência.

Na realidade, os sem-terra foram presos porque faziam parte da ocupação da Usina Santa Helena, em Goiás. Cerca de 1000 famílias de camponeses assumiram o controle da propriedade, cuja usina está desativada e seus donos, penhorados com a União. Os 22 mil hectares, portanto, o latifúndio, pode abrigar 6.500 famílias, segundo o MST. Em agosto de 2015, os sem-terra fizeram a primeira ocupação.

As negociações concluíram com a proposta de transformar 5.500 hectares em área de assentamento, em contrapartida a União reduziria a dívida da usina. No entanto, o acordo não foi cumprido porque os proprietários têm dívidas a saldar com os operários da usina, que perderam seus empregos e não receberam os salários e direitos trabalhistas. A Justiça impugnou os assentamentos com o argumento de que primeiro é preciso resolver o passivo trabalhista. Está aí por que o MST fez a segunda ocupação, em abril deste ano. No dia 12 deste mesmo mês, as quatro lideranças foram presas, a mando dos juízes Thiago Brandão Boghi, Rui Carlos de Faria e Vitor Umbelino Soares Junior.

Era mais do que evidente que a lei antiterrorismo, ditada pelos Estados Unidos, serviria para criminalizar e punir os movimentos sociais. Lembremos

que essa maldita lei foi aprovada sob o governo de Dilma Rousseff. Não demorou para que procuradores e juízes de Goiás a utilizassem contra os sem-terra. Lembremos, também, que os sindicatos, as centrais e os movimentos não fizeram senão reclamar dos perigos que representava tal lei sem, contudo, organizar a luta nacional para exigir de Dilma Rousseff que a vetasse. Agora, sob o governo golpista de Michel Temer, começa a ser aplicada. É parte dessa ofensiva reacionária a deportação do físico Adlène Hicheur e a prisão de 12 jovens acusados sem nenhuma prova de vínculos com o Estado Islâmico.

É necessário que as organizações sindicais e populares quebrem a inércia e se lancem à luta política contra as medidas repressivas, pela libertação dos presos e pelo fim da lei antiterrorismo.

NO BRASIL TEM PRESOS POLÍTICOS?

O Ministro das Relações Exteriores, José Serra, do PSDB, afirmou que no Brasil não existem presos políticos. O motivo de tal declaração se deve à acusação de que na Venezuela os direitos humanos são violados porque há presos políticos e que por isso não poderá assumir a presidência do Mercosul. O seu partido e ele próprio, como senador, chefiaram um golpe de Estado, sob a máscara legal do impeachment. No entanto, José Serra acusa a Venezuela de não ser uma democracia. Nos dois aspectos, presos políticos e democracia, o Brasil não passa por nenhuma prova séria.

Mas o que queremos aqui é responder à pergunta se o Brasil tem ou não presos políticos. Evidentemente que sim. A prisão do dirigente do MST, José Valdir Misnerovicz e mais três sem-terra foi uma medida política para conter a luta dos trabalhadores agrários. São presos políticos. A prisão de 12 jovens acusados de vínculo com o terrorismo configura prisões políticas. Estão na cadeia José Dirceu, João Vaccari Neto, etc., portanto, são presos políticos. É claro que são casos distintos e que, portanto, também são vistos pela política do proletariado como caso distintos. Mas todos são presos políticos. O que desmente a bazófia de José Serra.

Moção contra a aplicação da lei antiterrorismo

Os sindicatos, os trabalhadores e a juventude não podem deixar passar em branco a deportação do físico Adlène Hicheur, acusado de terrorista na França, bem como a prisão de alguns jovens brasileiros suspeitos de terrorismo, simplesmente porque consultavam os sites do Estado Islâmico.

O Brasil não é alvo dos jihadistas e nacionalistas radicais islâmicos. Isso por que não está envolvido com a intervenção das potências imperialistas nos conflitos do Oriente Médio e África. A deportação do físico e professor que ministrava aulas na UFRJ ocorre na situação de ofensiva das forças imperialistas e pró-imperialistas no Oriente Médio contra os jihadistas e, conseqüentemente, o agravamento dos atentados terroristas na Europa. A prisão dos brasileiros, por sua vez, se deve à realização das Olimpíadas e às exigências dos Estados Unidos, que delataram a presença de suspeitos de terroristas no Brasil.

O governo golpista de Temer aproveitou para acionar a lei antiterrorismo, que também foi imposta pelas potências.

Denunciamos as arbitrariedades, tanto da deportação de Adlène Hicheur, quanto da prisão dos jovens. Deixamos claro que rechaçamos o terrorismo como forma de combate estranho à luta da classe operária e demais explorados. O que fazemos com a denúncia é não ocultar as arbitrariedades e a aplicação da lei antiterrorismo.

Pela liberdade dos jovens presos!

Pelo fim das deportações políticas!

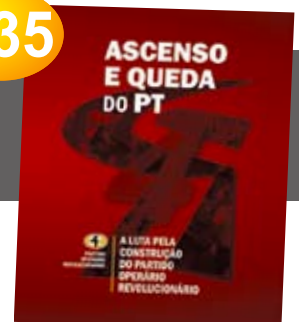
Adquirar com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro Ascensão e Queda do PT é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.



Lula procura proteção na ONU

Adversários, aliados circunstanciais e inimigos sabem perfeitamente que sem a ascendência eleitoral de Lula o PT se apequena. Sem o caudilho que saltou do centro industrial de São Bernardo para a arena nacional e internacional, não chegaria à presidência da República. Sem que o presidente petista contasse com condições econômicas favoráveis não conseguiria governar o País. E consequentemente não poderia ditar Dilma como sucessora.

Mudou a situação econômica e Dilma mal governou em seu primeiro mandato. Com muito custo e malabarismo publicitário, a petista ganhou um segundo mandato. Desta vez, não governou e foi derrubada por um golpe do Estado.

O PT, Lula, CUT, MST, MTST e UNE não foram capazes de mobilizar a classe operária e as camadas mais pobres da população para quebrar a espinha dorsal do movimento golpista. De forma que o PT e seu governo foram enxotados do alto do poder sem que houvesse qualquer comprometimento da “paz social”, qualquer choque entre as classes e qualquer episódio pontual de confronto.

De um lado, os golpistas mobilizaram setores da classe média abastada; de outro, os petistas e aliados da Frente Brasil Popular/ Frente Povo Sem Medo mobilizaram um contingente de militantes e uma camada mais popular que operária. Por cima a Operação Lava Jato caçava os petistas como prioridade, o Congresso Nacional solenemente encaminhava o impeachment e a imprensa monopolista fazia a campanha aos moldes desejados pelos golpistas.

Sobre todos pairou a convicção de que acima de tudo está a democracia e o Estado de Direito, que não poderiam ser perturbados nem pelos golpistas, nem pelos governistas. As Forças Armadas ficaram à distância, numa demonstração de que não havia crise de Estado. As manifestações eram pacíficas e ordeiras, como têm sido os comícios eleitorais. A burguesia se uniu em torno do impeachment e com ela todas as instituições do Estado.

Todas as ações se dirigiram a comprovar se havia ou não crime de responsabilidade fiscal. A maioria dos juízes e dos parlamentares já havia de antemão dito que sim, portanto, o processo legal também seria pacífico, teatral e circense. Dilma, finalmente, foi afastada e premiada com um palácio de governo sem poderes, mas muito bem abastecido, à espera da decisão final do Senado, que está por acontecer no final deste mês ou no mais tardar na primeira semana de setembro. Enquanto isso, o presidente golpista, Michel Temer, assumiu plenamente o poder, preparando um ataque frontal aos explorados e aos interesses nacionais do Brasil.

O PT, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo não se dispuseram a lutar contra o governo golpista, apoiando-se nas reivindicações das massas, a combater as medidas antinacionais e antipopulares, a mudar a política e os métodos de luta. Continuam com a mesma linha de conciliação de classes e a mesma procura de soluções dos problemas da maioria política por meio da democracia e das eleições.

A possibilidade de o Senado recolocar Dilma na presidência é praticamente nula, no entanto, a ala mais à esquerda do PT prefere

a máxima “a esperança é a última que morre” ao que chama de “capitulação”. O acordo do PCdoB e o voto do PT no candidato Rodrigo Maia, do DEM, para a presidência da Câmara de Deputados, foi o sinal de que a capitulação já era contas passadas.

Lula e sua fração majoritária preferem o realismo à retórica dos esquerdistas desconcertados (entre eles estão aqueles que enlaameiam o nome do trotskismo). Feitas as contas das perdas, os lulistas estão preocupados com o reerguimento do PT. Tudo indica que sairão muito baqueados das eleições municipais. O que será um problema para as eleições presidenciais.

A fração mais à direita no espectro de tendências internas está por retomar a tese da “oposição propositiva” e trabalhar para evitar o isolamento, apoiando Temer naquilo que for bom para o Brasil, isto é, para a burguesia. Pela trajetória do PT e por sua decomposição política, é mais provável que essa posição se imponha. O que quer dizer que seu braço sindical e popular deve ir ajustando sua colaboração de classes em uma difícil conjuntura que permeará um espaço até outubro de 2018.

A fração mais à direita no espectro de tendências internas está por retomar a tese da “oposição propositiva” e trabalhar para evitar o isolamento, apoiando Temer naquilo que for bom para o Brasil, isto é, para a burguesia. Pela trajetória do PT e por sua decomposição política, é mais provável que essa posição se imponha. O que quer dizer que seu braço sindical e popular deve ir ajustando sua colaboração de classes em uma difícil conjuntura que permeará um espaço até outubro de 2018.

A notícia de que Lula continua popular e é um páreo diante de Aécio Neves deixou os petistas entusiasmados com o futuro. O problema é que o Ministério Público Federal deu um passo à frente pedindo ao Supremo Tribunal Federal que acatasse a denúncia de que Lula mancomunou com o senador caçado Delcídio Amaral e outros asseclas para “embaraçar” as investigações da Operação Lava Jato. A denúncia prosperou e o caudilho do PT passou a ser investigado, podendo se tornar réu.

Não há dúvida de que setores da burguesia e da pequena-burguesia querem desmontar o PT, deixando-o em pura carcaça. Impedir Lula de concorrer é uma boa medida ou então descascá-lo ainda mais aos olhos da população. De todas as denúncias, a que mais pode prosperar, pelo que se tem revelado, é a que fez Delcídio em sua delação premiada.

No dia 28 de julho, Lula entrou no Comitê de Direitos Humanos da ONU com uma representação contra o Estado brasileiro por abuso de poder. Esse expediente indica claramente que o ex-presidente receia ser preso, no que tem inteira razão. Há, sem dúvida, um processo de cassação política do caudilho, necessária para se ir a fundo no desmonte do PT. O que deve ser amplamente denunciado como uma via autoritária, antidemocrática, de combate de setores da burguesia e de seus partidos, agora unidos em torno do governo golpista, para liquidar politicamente o caudilho e o PT.

É, porém, inaceitável que Lula tenha recorrido ao aparato do imperialismo, que é a ONU, para se defender. Esse foi um gesto de covardia e de desespero do outrora imponente caudilho nacional. A resposta à direita partidária e à reação que controla os poderes do Estado não está no veredito da ONU, mas na mobilização dos explorados pelas genuínas bandeiras democráticas e defesa da convocação de um Tribunal Popular, para que a classe operária e a maioria oprimida julguem com os seus próprios critérios de classe os crimes da burguesia, de todos os seus partidos e evidentemente do PT e de Lula.

Rio Grande do Norte

O QUE ACONTECEU

Há cerca de uma semana que o RN vem registrando uma série de ataques a ônibus, carros, prédios da administração pública e bases policiais, realizados por ordem das facções criminosas, não se direcionando à população diretamente. Não se tem notícia de sequestros, arrastões, etc., mas sim atentados contra o Estado, em resposta à instalação pelo governo de bloqueadores de celular na Penitenciária Estadual de Parnamirim, sob a justificativa de evitar comandos de ações criminosas a partir dos presídios. Tais ataques são uma reação à política que o governo do estado adota de tentar conter o avanço da violência no estado por meio do policiamento e da repressão às facções, querendo fazer crer que a violência é culpa das facções organizadas a partir dos presídios, e não das contradições do próprio sistema capitalista que seu governo protege, procurando assim um bode expiatório para sua política incapaz de conter o avanço da barbárie.

A criminalidade é um problema estrutural do capitalismo

O RN tem sido um dos estados que mais tem crescido os índices de violência nos últimos anos, apresentando uma evolução de 272,4% na quantidade de homicídios entre os anos de 2002 e 2012. Pressionado a responder à insatisfação da população, sendo que o combate à violência foi uma de suas principais promessas de campanha, o governo Robinson (PSD/PCdoB) tem tomado várias medidas. Iniciou o mandato com um reforço de 300 policiais, dentre outras medidas, o que chamou de “plano emergencial”. Anunciou que contaria gastos em outras áreas para investir em segurança. Realizou progressões a militares. Com a onda de rebeliões em março de 2015, decretou estado de calamidade e o policiamento do RN foi reforçado com cerca de 200 militares da Força Nacional de Segurança. Além disso, com base em estudos de experiências em outros países, principalmente na Colômbia, o governo tem investido no policiamento ostensivo nas comunidades, por meio do programa “Ronda Cidadã”, que começou a ser implantado na metade de 2015, que combina ações “preventivas” e repressivas aos crimes com ações de “inclusão social”.

As estatísticas mostram a ineficácia dessas medidas em resolver de fato o problema da criminalidade. Com relação aos Crimes Violentos Letais Intencionais (homicídios, latrocínios, etc.), o ano de 2015, relação a 2014, apresentou uma redução de -6,3%. Quando se compara os meses de 2015 e 2016 em relação ao ano anterior, nota-se um aumento no mês de janeiro de 2015 (quando se inicia a gestão de Robinson), seguindo uma tendência de redução entre os meses de fevereiro a outubro, para depois seguir uma tendência de aumento a partir de novembro até o final de junho de 2016. De modo que, quando em 30 de junho de 2015 o governo comemorava a redução em 12,5% no primeiro semestre de 2015 em relação ao ano anterior, o que seria fruto de seu “plano emergencial”, agora amarga um aumento dos crimes violentos em 24,2% no primeiro semestre de 2016 em relação a 2015. Constata-se, então, que a breve diminuição no número dos CVLIs coincidiu com a investida inicial de Robinson no fortalecimento do aparato de “segurança”, para em seguida retornar a aumentar.

Tais dados só mostram que as medidas do governo burguês do PSD/PCdoB de contensão da criminalidade são ineficazes. O policiamento ostensivo em uma localidade, quando implantado ou fortalecido, pode até diminuir momentaneamente e até certo limite os índices de criminalidade, mas a repressão em si mesma não tem como erguer um dique. Diante da piora das condições de vida, como são o avanço



do desemprego, a destruição dos salários e serviços públicos, rapidamente os índices de violência voltam a piorar e explodem com mais força e intensidade.

A violência é um problema social e não policial. Tem relação direta com o aumento da miséria e desemprego, que, por sua vez, são manifestações superestruturais sociais que têm como alicerce as relações de produção capitalistas. Nesse sentido, o governo Robinson Farias (PSD/PCdoB), ao fazer uma política de favorecimento à burguesia, de arrocho salarial mantendo os salários cada vez mais baixos diante do aumento dos gêneros alimentícios, inclusive atrasando os salários do funcionalismo público estadual e sucateando os serviços públicos (saúde, educação, etc), revela que o capitalismo está em decomposição e que a política governamental contribui para o agravamento da violência no Estado. O governo Robinson (PSD/PCdoB), como se vê, não tem como enfrentar a violência no Estado, pois reproduz, favorece e mantém os interesses da oligarquia burguesa.

As facções e as condições dos presídios e a criminalidade

A miséria e o desemprego têm jogado uma grande parcela dos explorados, principalmente a juventude pauperizada, na criminalidade. Quando privados de liberdade, suportam cadeias superlotadas e com más condições de higiene. Os presídios são locais que não recuperam ninguém, ao contrário, empurram cada vez mais os marginalizados para o crime. As punições desfechadas pelo governo contra os presos só fazem degradar ainda mais as suas condições de existência. A marginalização de parte dos explorados da produção social, principalmente da juventude, jogando-os na miséria, além das más condições e as privações a que os presos são submetidos, por serem expressão das relações de produção capitalistas, nada mais é do que uma forma de *opressão de classe*, e resultam num acúmulo de contradições que dá base para o ódio e a revolta. Porém, isso não tira o fato de que, sob o direcionamento das facções e do narcotráfico, a parte dos explorados relegados ao crime é levada a desviar sua revolta para o fortalecimento dos negócios da burguesia narcotraficante, muitas vezes sendo levados a guerrear entre si (guerras de facções), ao invés de expressarem essa revolta na defesa de suas condições de existência e na luta contra o regime social que os oprime.

A vida do crime, das facções, do narcotráfico, aparece como a perspectiva mais palpável para os explorados marginalizados da pro-

dução social escaparem da condição degradante em que vivem. O estopim que desencadeou a revolta - a construção dos bloqueadores de celular - não está diretamente ligado à defesa das condições de vida dos marginalizados, mas sim dos objetivos das facções de coordenarem suas ações a partir do presídio. O fato dos marginalizados acreditarem na falsa via do crime organizado para escapar da situação em que estão é o que os leva, sob a direção das facções, a defender os interesses do crime organizado e da burguesia narcotraficante. Sob a forma deformada da reivindicação contra os bloqueadores de celular, encontram-se por trás desses atos todo um acúmulo de contradições às quais os explorados são submetidos. Basta lembrar a onda de rebeliões que ocorreu em 2015 para percebermos de onde partem essas contradições. Houve motins e fugas em vários presídios, cuja motivação era justamente se contrapor à suspensão de visitas íntimas no presídio de Alcaçuz, que resultou na saída da diretora da unidade, de um diretor de outra unidade e do secretário de justiça e cidadania do governo do estado.

Nos últimos meses, o governo tem realizado uma nova ofensiva contra os presídios, com retaliações como suspensão de visitas íntimas, restrições ao uso de eletrodomésticos, intensificação das revistas e estabelecendo critérios mais rigorosos para considerar um preso como “de confiança” (que já pode realizar funções como cozinhar, recolher o lixo, etc.). A orientação do novo secretário da SEJUC de que o Estado “tem que avançar” e “não recuar”, como aconteceu, por exemplo, no início do motim no Presídio de Parnamirim, em que os presos tentaram danificar a torre de bloqueio de celular, após o qual foram tomadas as medidas punitivas de suspender as visitas aos presos e a não reposição imediata dos colchões queimados, longe de resolver a crise do sistema prisional, que é expressão da fase de decomposição do capitalismo, só intensificará as contradições para futuros conflitos.

Como superar a violência

A violência em geral é própria da sociedade de classes. Por isso, é

preciso distinguir a violência reacionária da violência revolucionária. As massas em luta, sob a direção do proletariado, derrubarão a burguesia do poder e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social por meio da revolução, portanto, da violência revolucionária.

A criminalidade, que é um tipo de violência, deve ser tipificada como violência bárbara, uma vez que expressa a barbárie social nas entranhas da civilização. O capitalismo, por ser uma sociedade mercantil, elevou às alturas essa forma de violência.

O narcotráfico não é outra coisa senão a mercantilização das drogas, destruidoras da vida humana, quando não aplicadas cientificamente. O desenvolvimento dessa produção e comércio constituiu uma fração capitalista narcotraficante, que como tal penetrou em todos os poros da sociedade e das instituições. Está aí por que a burguesia não tem como superar esse tipo de negócio e conter a violência gerada, que, no Brasil, México, etc., se assemelham a uma guerra civil.

O desemprego, a pobreza, a baixa escolaridade, a escassa cultura e o esfacelamento das famílias miseráveis são fundamentais para a movimentação desse grande negócio. Fornece à burguesia narcotraficante mão de obra.

Nota-se que a decomposição do capitalismo, que se caracteriza pelo bloqueio das forças produtivas mundiais, favorece a indústria das drogas e a ampliação do mercado consumidor. Trata-se de um fenômeno mundial que inevitavelmente penetra em todas as partes, inclusive em países e regiões extremamente atrasadas.

A revolução proletária iniciará o processo de extinção de toda forma de violência que atenta contra a humanidade. Está aí por que somente o programa da classe operária assinala o caminho da sua erradicação. O que exige responder a todos os obstáculos que barram o livre desenvolvimento da juventude. O Partido Operário Revolucionário vem elaborando e lutando por uma plataforma que leva a juventude a se defender contra a barbárie capitalista e a fortalecer o campo da revolução socialista.

Ceará

Governo Camilo Santana do PT demite professores temporários em greve

A greve já completou mais 100 dias contra o reajuste zero e o sucateamento da escola pública pelo governo Camilo Santana/PT. A categoria se choca com contra a intransigência do governo, que aumenta a repressão sobre os professores, especialmente, os temporários.

Agora o governo do PT/PC do B está encerrando o contrato dos professores temporários, como uma forma de retaliação aos que estão em greve, ou seja, demitindo.

A posição da direção do sindicato APEOC (PT/PC do B) diante desse ataque do governo foi uma capitulação. Resumiu-se a entregar um ofício para a reabertura da mesa de negociação, colocando em a pauta o rompimento do contrato dos professores temporários. Publicou uma nota de repúdio no site da entidade. Nem sequer convocou um ato ou manifestação na Secretaria de Educação ou denúncia na imprensa burguesa. Partici-

pou apenas da manifestação convocada no CREDE 1 (Maracanaú-região metropolitana de Fortaleza).

Com essa atitude do governador petista, se percebe o grau de apodrecimento desse partido. Para a Corrente Proletária na Educação/POR é necessário enfrentar a truculência do governo com a radicalização da greve, combatendo a política de terror do Estado burguês.

É preciso defender com vigor uma campanha pela imediata efetivação dos professores e dos trabalhadores de contratos temporários, em oposição a política dos governos que precarizam as relações de trabalho. Defendemos que seja aplicado o princípio de “para trabalho igual, salário e direitos iguais”, o que pressupõe os mesmos ganhos e a efetivação de todos os temporários sem concurso público.

O Boletim da Corrente Proletária, divul-

gado em julho, trouxe as explicações sobre da miserável a proposta apresentada pelo governo. Diante dela afirma que: *Na verdade, o que tem por trás desta proposta é manutenção do reajuste zero, sem retroativo e aprofundamento da divisão salarial da categoria. Assim, o governo dá uma migalha na regência de classe e ainda não concedeu um reajuste na PVR aos professores especialistas, mestres e doutores.*

Com essa proposta o estado busca evitar o reajuste no vencimento básico, pois o aumento no salário básico tem repercussão em todas as gratificações. Esta manobra do governo faz parte do ajuste fiscal do governo golpista de Temer, que impõe o reajuste zero ao funcionalismo.

A CPE/POR vem colocando abertamente a necessidade da radicalização da greve para derrotar a intransigência do governo Camilo. Luta para manter a greve em agosto, ganhar as ruas e impor os bloqueios”.

Apeoesp

No dia 4 de agosto, ocorreram as reuniões de representantes de escola da Apeoesp. O centro da discussão foi a necessidade de convocar imediatamente uma assembleia e a unidade com outros setores para enfrentar os ataques dos governos. Foi rechaçado o projeto de “Escola sem Partido”. Foram, também, aprovadas moções contra a repressão a professores e contra a lei antiterrorismo. Por fim, houve a discussão sobre o Encontro de 23 de setembro, que elegerá os delegados para o congresso de novembro.

Sobre o Congresso, a Corrente Proletária interveio denunciando o burocratismo e as manobras da diretoria para conseguir eleger a maioria dos delegados, entre elas a eleição de delegados em escolas municipais (professores que não participam das lutas da Apeoesp porque têm seu sindicato, critérios diferentes de eleição de delegados – nas escolas estaduais, o critério é 10 professores filiados para 1 delegado; nas escolas municipais, basta um sócio para ser delegado, etc.) e o corte de 20% (a tese precisa ter 20% de pré-delegados no Encontro para eleger delegados para o Congresso). Nas regiões onde a oposição tem maioria, foram aprovados a proporcionalidade direta e um recurso contra a eleição de delegados nas escolas municipais. Em relação às moções, a Corrente Proletária defendeu uma campanha unificada contra a repressão aos professores grevistas e contra a lei antiterrorismo. Publicamos abaixo uma parte do boletim da Corrente Proletária.

Enfrentar as medidas de Temer e de Alckmin

A situação para os trabalhadores está cada vez pior. Nós professores estamos há dois anos sem nenhum reajuste e com nossos direitos sendo retirados. Temer impõe o ajuste fiscal. Anunciou a reforma trabalhista para facilitar as demissões, rebaixar os salários, ampliar as terceirizações e eliminar as conquistas. Dará continuidade à reforma da previdência, criando a idade mínima (65 anos), expandindo a previdência complementar (privada) e extinguindo as aposentadorias especiais (que inclui a dos professores). O PL 257 e a PEC 241 fazem parte dessas reformas. Alckmin, por sua vez, segue à risca essas diretrizes do governo golpista de Temer.

Enquanto a burguesia se encontra unificada em torno dos objetivos econômicos, financeiros e sociais de Temer/Meirelles, as centrais e sindicatos estão profundamente divididos e burocratizados. Há um acordo, em palavras, de que é preciso responder aos ataques dos governos com a unificação dos movimentos. A Força Sindical (que apoiou o golpe), a CUT (que se colocou contra o impeachment), a CSP-Conlutas (que levantou a bandeira de Fora todos) e outras centrais lançaram um chamado de um ato unificado no dia 16 de agosto. Por trás, a Força Sindical negocia a reforma trabalhista e previdenciária com Temer e a CUT mantém a campanha salarial metalúrgica dividida por grupos. Outras centrais lançaram a bandeira de “frente de esquerda socialista nas lutas e nas urnas”, visando às eleições municipais. Está aí por que impera nas fábricas, nas escolas e em outros locais de trabalho uma descrença em relação aos sindicatos, que são confundidos com suas direções burocratizadas.

No caso da Apeoesp, a situação é a mesma. Há um descontentamento profundo nas escolas contra as medidas dos governos. Mas há uma descrença em relação à Apeoesp, que também é confundida com sua direção (não falamos do CPP e outras porque estas são pró-governo). A campanha salarial do primeiro semestre não conseguiu mobilizar os professores e foi confundida com a política da direção de defesa de Dilma.

Paraná:**DCE da UEL tem direção constituída sobre a base de pontos programáticos**

No último dia 29 de julho, a chapa “29 de abril”, que disputou a eleição do DCE da UEL, recebeu 73% dos votos dos quase 2.000 estudantes que votaram no pleito.

A Corrente Proletária na Educação/POR participa da frente que compôs a chapa junto com estudantes de vários centros acadêmicos. Esta se constituiu a partir de reuniões abertas em que as bandeiras foram discutidas e aprovadas pela grande maioria dos participantes.

Abre-se, desta maneira, a possibilidade de superação da crônica crise de direção do Movimento Estudantil, que há anos, a Corrente

Como se vê, os explorados continuam divididos e à mercê da campanha burguesa dos meios de comunicação de que a crise econômica tende a se arrefecer e os empregos a voltarem. A Corrente Proletária atua na defesa das reivindicações vitais que unificam os trabalhadores, rechaçando as duras medidas dos governantes e combatendo a política das burocracias sindicais.

Que as reuniões de representantes de escola da Apeoesp aprovelem:

1. Constituir uma verdadeira frente única sindical para enfrentar as medidas de Temer e Alckmin. Defesa dos empregos, salários e direitos;
2. Convocação imediata de assembleia e um chamado de unidade a todo o funcionalismo estadual;
3. Pela reposição das perdas salariais. Reajuste imediato aos professores. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Pela estabilidade aos professores da categoria O. Fim da “reorganização das escolas”. Por 25 alunos por sala de aula. Abertura de todas as salas e turnos fechados;
4. Um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da classe operária. Expropriação e estatização da rede privada de previdência. Direito à aposentadoria a todo trabalhador que atingir 25 anos de serviço. Que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital (R\$ 4.600,00). Fim das aposentadorias precoces e milionárias de juizes, da cúpula militar, parlamentares e governantes;
5. O fim das leis antigreve. Fim da lei antiterrorista.
6. Uma ampla campanha contra Alckmin que penaliza a Apeoesp, cortando o desconto dos aposentados.

Não há como enfrentar Temer e Alckmin sem organizar a luta grevista. Será por meio da ação direta que defenderemos nossos empregos, salários e direitos.

Proletária vem caracterizando como resultado da captura do DCE por correntes estalinistas, reformistas, centristas e até de direita.

O pleito contou com a participação de uma chapa abertamente liberal e privatista, que se constituiu com a expectativa de arrastar a pequena burguesia anestesiada pela propaganda golpista e antipetista que, neste ano, foi mobilizada para pressionar em favor do impeachment da presidente Dilma. Nos debates, essa chapa tentou se apresentar como “apartidária” e “apolítica”, o que lhe valeu o repúdio generalizado dos estudantes em todos os centros.

Ao contrário disso, a chapa 29 de abril se apresentou defenden-

de alguns pontos programáticos claros – definidos em debates abertos – como a luta contra a privatização do ensino e os ataques do governo à universidade. Defendeu que a autonomia universitária deveria ser a partir do governo tripartite, dos 3 setores que estudam e trabalham na universidade, prescindindo de reitorias. Defendeu o fim das taxas e o financiamento integral pelo estado. Posicionou-se contra a presença da polícia militar no campus, pois não significa segurança, senão repressão ao movimento. Reivindicou, ainda, a realização do congresso estudantil, que há anos vem sendo adiado. Colocou-se claramente contra o governo do estado e a burocracia universitária, que atacam os direitos dos trabalhadores e os recursos da educação, e, também, contra o governo golpista de Temer.

Certamente, foi a explicitação clara destes pontos o fator decisivo para conseguir a maioria. Ao defender estas formulações com firmeza, diferenciou-se da outra chapa e ao mesmo tempo enfrentou os problemas que afetam o Movimento Estudantil. Esta é a razão que nos leva a afirmar que se abre a possibilidade de superar a crise de direção, pois, organizando os estudantes em torno dessas formulações, é possível avançar na politização efetiva dos estudantes e reerguer os organismos hoje praticamente desativados.

Tirar as lições da greve na USP

Com a votação da última assembleia estudantil em 3/8/16, acabou a greve dos três setores da USP. Os professores já tinham saído do movimento no final de junho, os funcionários, com a greve enfraquecida, buscaram a solução na via judicial e acabaram perdendo na questão do pagamento dos dias parados, e os estudantes tiveram sua greve fragmentada e desintegrada a partir das negociações isoladas nos cursos.

A greve poderia ter avançado na luta contra a precarização e privatização da universidade, dado passos na luta pelo fim do reitorado e conquista da real democracia e autonomia universitárias (Governo Tripartite e controle coletivo pelos que estudam e trabalham), mas a política das direções do movimento impediu que isso se concretizasse.

O saldo da greve é negativo. Sai-se dela em piores condições do que se entrou. A reitoria/governo ampliou seus ataques em toda linha. O movimento estudantil se dividiu entre base e direção. O movimento dos funcionários se encaminhou para a via judicial, mostrando não ter forças para desenvolver a unidade grevista. Os professores permaneceram no corporativismo de suas demandas, não atendidas. A reposição de aulas foi imposta pela burocracia.

Numa situação em que os estudantes mostraram grande disposição de luta, especialmente os moradores, que enfrentaram a polícia e a expulsaram da moradia, perdeu-se uma grande oportunidade de construir uma forte luta contra o chamado desmonte da universidade.

Parte das direções procurou submeter os estudantes aos professores, parte aos funcionários. Desconhecem que são os estudantes que podem, por meio da ação massiva e da ligação com a classe operária, efetivar a unidade dos que estudam e trabalham contra a reitoria/governo. Realçou-se a falta de uma direção revolucionária.

Como acabou a greve na Letras-USP

Greve estudantil na Letras foi encerrada durante as férias, sem a presença da grande maioria dos estudantes, sem ter acabado a greve estudantil na USP, sem ter conquistado as reivindicações, sem que sequer discutíssemos o calendário de reposição de aulas, sem respeitar a decisão do comando de greve estudantil da USP (que decidiu deixar a decisão sobre o fim de greve para agosto, contra a posição da direção do Caell, que defendeu a convocação de uma assembleia extraordinária para acabar com a greve estudantil logo após o fim da greve dos funcionários)

Outro fator que contribuiu à vitória da chapa 29 de abril foi a deserção das correntes que costumam disputar o DCE: o PSTU, o PSOL e o Levante. Estas correntes deram as costas à responsabilidade de erguer uma direção política no Movimento Estudantil e preferiram se concentrar ou nas campanhas eleitorais ou em movimentos pulverizados por eles, denominados de “opressões”. O aspecto positivo desta ausência foi que, ao polarizar com a direita liberal, a chapa 29 de abril conseguiu explicitar melhor as alternativas de enfrentamento necessário para resistir aos ataques contra a universidade e as massas.

Agora a tarefa colocada é a reorganização do movimento estudantil, fortalecendo as instâncias políticas e os espaços de discussão e formação. Reerguer os centros acadêmicos e fazer do DCE um instrumento de luta dos estudantes. Realizar finalmente o congresso estudantil, para aprofundar as bandeiras em defesa da universidade pública e gratuita, assim como a luta pela estatização sem indenização do ensino privado. Também se deve enfrentar o desafio de reestruturar o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná, junto com os sindicatos de docentes e funcionários.

Numa assembleia convocada para o dia 26/07, a direção do Caell colocou em votação o fim da greve estudantil no curso. Em plenas férias. A Corrente Proletária/POR defendeu que a decisão fosse tomada de forma coletiva e democrática quando os estudantes voltassem das férias. De nada adiantou: MRT+PSOL+PSTU+Enfrentamento se uniram mais uma vez para decidir pelos estudantes.

Que conquistas a greve trouxe?

A direção do Caell (Faísca/MRT) citou como argumento para acabar com a greve estudantil as “vitórias parciais” do movimento.

Vejam os chamados “eixos” da mobilização:

Cotas – a reitoria não permitiu a aprovação de cotas no C.O. (Conselho Universitário). Na Letras, as cotas se resumem a 30% de ingresso pelo Sisu, repartidos entre PPIs (Pretos, pardos e indígenas), ensino público e geral, isso com nota de corte mínima de 650 pontos. Ou seja, um ingresso pelo Sisu ainda mais elitizado que o da Fuvest.

Permanência – não houve nenhum compromisso pela reitoria em aumentar as vagas de moradia. As duas vezes em que a proposta de ocupação dos blocos K e L (prometidos à moradia desde 2009) foram levadas à assembleia geral, viu-se uma unanimidade das direções do DCE e CAs (MRT+PSOL+PSTU+Território Livre+Enfrentamento) contra o POR e os independentes, com essa mega frente vencendo por SETE votos na primeira assembleia e por ONZE votos na segunda (que tinha o dobro de gente da primeira).

Contratações – a reitoria fez um acordo com os diretores das unidades para contratar pouco mais de quarenta professores titulares, que irão reforçar os quadros da casta burocrática que governa a USP, sem nenhum vínculo com as reivindicações dos cursos. Chamar esse conchavo de “vitória parcial” é o mesmo que apresentar água como vinho.

Defesa do H.U. – O C.O. de 21 de julho votou uma série de medidas de ataques, dentre elas a desvinculação do H.U. da USP. Apesar da mobilização de estudantes e funcionários para tentar defender o setor de saúde da USP, este sofreu ainda mais um duro ataque: um novo plano de demissões voluntárias aprovado nesse mesmo C.O., que fatalmente reduzirá ainda mais o atendimento no H.U. e nos bandejões.

“Chega de cortes e repressão” – O C.O. de 21 de junho aprovou ainda mais medidas de cortes de gastos na USP, votou uma interven-

ção da burocracia universitária sobre a eleição de representantes discentes (que eram realizadas pelo DCE desde 2000) e novos processos administrativos e criminais foram abertos nas unidades contra estudantes e sobre funcionários. Esse mesmo C.O. aconteceu cercado pela polícia militar.

Conclusão: em todos os pontos levantados pela greve estudantil, não houve vitórias, e, em alguns, houve até retrocessos.

Onde se baseia a cantilena da “vitória parcial”?

Uma das formas de desintegrar a greve estudantil tem sido a negociação de pautas por unidade ou por curso. Fecham-se acordos com promessas e comissões que vão discutir até a exaustão os problemas e encerram-se as greves nas unidades. Isso aconteceu em larga escala na greve de 2013. Agora parece ter se tornado senso comum entre as direções/correntes, sejam elas alinhadas à do DCE ou de “oposição”. E essas promessas e/ou migalhas são apresentadas como “vitórias”.

Na FFLCH, buscou-se esse caminho. Desde o início da ocupação do prédio, os professores mais reacionários (que no fundo são contra toda e qualquer forma de greve ou piquete – diga-se, de passagem, que somente é na prática a favor da greve quem faz greve – fizeram pressão em todos os departamentos e demais organismos de poder na faculdade. A ocupação resistiu à pressão. Mas veio um ataque, o pior que pode haver para um assalariado, o corte de ponto (e com ele de salário) a partir da reitoria, que foi seguido nas unidades, inclusive na FFLCH. Houve uma negociação entre o diretor e os centros acadêmicos, de forma a trocar as ocupações pelo pagamento do ponto dos trabalhadores. Diga-se, de passagem, que a direção do Caell desocupou o prédio sem a decisão da assembleia da noite. Então, essa “vitória” de pagamento do ponto foi na verdade a volta da situação anterior, que para ser alcançada foi trocada pela ocupação do prédio, a qual o diretor usou para lambuzar a boca dos professores direitistas. A “concessão” de uma plenária bimestral dos três setores é regimental, apenas não se cumpria pelos burocratas.

As cotas obtidas em unidades não correspondem à reivindicação do movimento. Estão submetidas a critérios de seleção pelo SisU. Sem falar que, ao não se avançar um milímetro na permanência, acabam sendo inócuas para os pretos pobres, para os quais não basta ingressar na USP, mas precisam das condições para se manter nela.

Por um balanço honesto do que foi a greve até agora

A greve de trabalhadores e docentes foi derrotada na USP. A greve estudantil foi desmontada pelas direções. Dizemos isso não para desincentivar o movimento, mas é preciso compreender as razões pelas quais isso acontece, para que de agora em diante possamos corrigir os erros e avançar na defesa das reivindicações.

Em 2016, evidenciou-se existir uma tendência de luta muito forte entre os estudantes. Entre os funcionários, essa tendência já não era tão forte como em 2014. Os professores mostraram disposição de combater a precarização e flexibilização do trabalho docente. E o que fizeram as direções?

As direções estudantis não prepararam a greve. O DCE não organizou a unificação das lutas que aconteciam, nem as projetou para o conjunto da universidade. Basta ver o boicote a que submeteu a ocupação da SAS, às vésperas da greve. O Caell soltou seu primeiro jornal no primeiro dia de greve. Sem preparação, sem organização, os estudantes foram levados à greve por direções que se colocavam por submetê-los politicamente ora à direção dos professores (PSOL, PSTU), ora à direção dos funcionários (MRT, Enfrentamento, Território Livre). Assim, os chamados “eixos” da greve serviram apenas para afastar do foco as demais reivindicações estudantis e como enfeite no bolo da subordinação e fragmentação das lutas.

Quando os estudantes se colocaram por ocupar os blocos K e L, as direções armaram seu bloco para impedi-los, rachando as assembleias entre base e direção. Quando os estudantes poderiam inviabilizar o C.O. que votaria ainda mais duras medidas de ataques à USP pública e gratuita, novamente bloquearam. Quando professores e funcionários saíram da greve, fizeram fila para defender a “suspensão” ou o fim da greve, de acordo com a quem pretendiam submeter os estudantes.

Cantaram alto e repetidas vezes que a reitoria estava na defensiva diante do movimento. Como se isso por si só pudesse transformar a realidade.

Mas os fatos têm sido duros com todas essas correntes. Os ataques de Zago/Alckmin aumentaram e muito durante toda a greve e em especial no seu final. Não estamos diante de uma reitoria que negocia sob pressão do movimento, mas de um déspota que impõe a violência exacerbada porque julga seus opositores fracos demais para opor qualquer resistência séria.

A principal lição que devemos tirar dessa luta é que os estudantes precisam se colocar à frente da defesa da universidade pública e gratuita, como fizeram os alunos da FFLCH em 2002, e erguer um movimento unificado ao redor das reivindicações e contra o reitorado marionete do governo e dos capitalistas. Erguer a Assembleia Geral Universitária, para unir de fato a luta e atacar a casta burocrática autoritária e privatista como um só punho, destruí-la e em seu lugar construir um Governo Tripartite, eleito diretamente pelo voto universal e com revogabilidade de mandato, somente ele aplicará um orçamento elaborado coletivamente pelos três setores e que atenda às nossas reivindicações.

Novos ataques devem ser respondidos imediatamente

O C.O. aprovou os novos ataques indicados por Zago/Alckmin. Vão aumentar a precarização e privatização da USP, em nome da crise orçamentária. A demissão de mais funcionários abrirá as portas para a terceirização de serviços, favorecendo os copinchas do reitor faturarem às custas do orçamento da universidade. A redução de jornada com redução salarial vai no mesmo sentido. A volta da eleição de representantes discentes pela reitoria restabelece o padrão imposto pela ditadura militar para legitimar as decisões da casta corrupta com o suposto aval “estudantil” de colegas comprados por bolsas e outras benesses. A negação de implantar imediatamente as cotas viola a lei federal e revela o predomínio do racismo na USP.

Acabaremos com a greve sob mais esses ataques? Com a reitoria em plena ofensiva (apesar dos discursos ufanistas dos que dizem que Zago estaria morrendo de medo)?

A Corrente Proletária defendeu desde antes da greve que era necessária a mais ampla unidade entre os que estudam e trabalham para barrar os ataques de Zago/Alckmin. As direções do movimento estudantil se negaram a defender a real unificação. Negaram-se a unir as pautas de reivindicação por meio de uma assembleia conjunta. Negaram-se a projetar as reivindicações para a população assalariada, para ganhar seu apoio. Negaram-se a impulsionar a conquista de moradias pela ocupação dos blocos K e L, que importaria, aí sim, uma derrota parcial à reitoria. Essas direções são responsáveis pelos rumos da greve.

Não há “outras formas de luta” capazes de exercer a pressão que a greve faz. Não haverá “mobilização” em aulas, sob pressão de frequência, trabalhos e provas, capaz de derrotar Zago/Alckmin. Chamamos os que junto conosco lutaram por outros rumos para o movimento a defenderem que a greve é sim o meio para lutarmos pelas reivindicações específicas e gerais, que a greve não esgotou suas forças na luta, mas foi sufocada pelas direções, a votarmos contra o desmonte da luta, contra o fim da greve, em sua defesa.

Balanco do 36º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia - ENEPe

O encontro aconteceu de 17 a 24 de julho, na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, no campus de Porto Velho. Teve a participação de estudantes dos cursos de pedagogia de diversos estados do Brasil e de todas as unidades da UNIR. O tema do encontro era “Pátria Educadora ou Pátria Contra Educação Pública? Perspectivas de luta do Movimento Estudantil de Pedagogia”.

Como é de costume, esses Encontros se caracterizam por discussões majoritariamente acadêmicas e festivas, apesar de, nesse ano, ter à frente os estudantes do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR).

As mesas de debates tiveram de destacar os problemas que afetam a educação de forma geral, sobretudo os cortes de verbas, que atingem todo o sistema de ensino do país. Problemas esses muito visíveis nas universidades federais em função da ampliação da terceirização e da privatização.

Por se tratar de um Encontro e não de um

Congresso, não havia delegação ou representação por universidades. A participação dos estudantes era livre. Em relação a outros encontros nacionais de área, esse foi pequeno, contou com menos de 300 participantes. Várias correntes e partidos não compareceram em função do encontro ser organizado pelo MEPR.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio nos debates e distribuiu um manifesto, que tinha como conteúdo a necessidade de enfrentar a política de ajuste fiscal do governo golpista de Temer com os métodos próprios dos explorados. O Manifesto trazia um chamado aos estudantes, trabalhadores da educação e demais oprimidos a se colocarem por constituir uma frente única sindical contra as reformas trabalhistas, previdenciárias e os cortes de recursos à educação. E concluía com as bandeiras: fim do pagamento da dívida pública para que o orçamento da educação e dos demais serviços públicos não seja mais

afetado! Por um único sistema de ensino, público, estatal, em todos os níveis para todos. Unidade dos trabalhadores da cidade e do campo pela defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

Na plenária final, votou-se uma plataforma de luta, com bandeiras específicas ao curso de pedagogia, como o combate à implantação dos cursos a distância na educação básica (que vêm se processando em estados do Norte) e reivindicações gerais, como a estatização da rede privada de ensino.

Os estudantes de pedagogia devem exigir de suas direções que coloquem em prática o que foi deliberado na plenária. Para isso, é preciso que as direções das entidades estudantis rompam com o sectarismo e o oportunismo. Apesar desses problemas, o Encontro serviu de denúncia à política do governo golpista de Temer. Apesar do pequeno número, houve um ato em Porto Velho que mostrou o desmonte e sucateamento das universidades públicas.

I Encontro Secundarista

Em 23 de julho, o POR realizou seu I Encontro Secundarista. Sob o tema “Violência e desemprego entre a juventude” reuniu-se uma vanguarda de jovens presentes nos movimentos de ocupação e a frente dos grêmios. Participaram também professores das redes estadual e municipal, professor e estudantes universitários.

Iniciou-se a atividade com a apresentação do funcionamento do Encontro. Posteriormente, foi dado espaço a relatos da experiência viva dos presentes junto à ação da polícia. Nesse momento, predominaram as vivenciadas junto ao movimento, estudantil ou popular, quando se demarcou a repressão aos movimentos reivindicatórios e a resposta de resistência e continuidade da luta mantendo a ocupação das grandes avenidas. Na sequência, o plenário foi dividido em grupos, onde se discutiu um documento com levantamentos estatísticos da violência, do cárcere, desemprego e escolaridade. Esse mesmo documento também trazia as respostas governamentais ao problema e a resposta proletária. Por fim, os grupos reconstituíram o plenário, onde foram discutidos coletivamente os apontamentos levantados e onde se leu o manifesto de encerramento, dando um viva ao Encontro Secundarista e a Revolução Proletária.

Não cabe aqui apresentar os dados estatísticos contidos no documento que serviu de base para a discussão do Encontro, pois eles se encontram publicados nesta edição do Massas, já com os adendos propostos em grupo. Parece mais adequado apresentar as conclusões da discussão. Eis: a juventude está morrendo principalmente por causas externas. Em primeiro lugar, por homicídio, em segundo, acidente de trânsito e, em terceiro, suicídio. Chama a atenção o alto índice de jovens que retiram a própria vida. Os jovens que estão morrendo são na maioria homem, negro, desempregado ou subempregado, analfabeto ou semianalfabeto. São esses jovens que compõem majoritariamente os presídios. Encarcerados por furto, roubo ou tráfico de drogas. Também chamam a atenção os dados de homicídios cometidos pela polícia

militar e a impunidade permitida pelo Estado. Cabe aqui reforçar a violência contra a mulher, cometida principalmente por familiares ou próximos à vítima.

Assim, a análise dos dados converge à conclusão comum de que a violência é de classe. É a juventude proletarizada quem está morrendo. É aos filhos dos explorados e oprimidos que se destinam as piores condições de estudo, trabalho salário e são eles que compõem enormemente o exército de desempregados. A segunda conclusão comum é que não se pode analisar a violência dissociada do desemprego. São duas partes que conformam uma unidade. Só há violência porque há desemprego e o próprio desemprego é manifestação da violência capital.

É a miséria que empurra o jovem à criminalidade. E a miséria no capitalismo é consequência do desemprego. E o desemprego, é indissociável ao modo de produção capitalista. Varia em grau, mas nunca deixará de existir enquanto persistir a relação de produção com base na exploração da força de trabalho. O que implica na perenidade da violência enquanto subsistir o capitalismo.

Mas, verificar as raízes materiais da inserção do jovem à criminalidade é apenas parte da análise, que merece atenção de modo a combater as ideologias moralistas burguesas. Tais ideias partem da premissa do homem enquanto um ser individual, à margem das relações econômicas, sociais e históricas. Nestes limites, a violência cometida pelo homem é manifestação de desvio de caráter e não manifestação das relações sociais em decomposição.

É nestes marcos que se adequa a segunda parte da análise, que é a violência do Estado. Um número considerável dos homicídios é cometido pela polícia. O encarceramento é uma ação estatal. No entanto, essa violência é apresentada pela burguesia como necessária, de modo a corrigir os “desvios de caráter” e “salvaguardar” a população.

É desta forma que no conceito “população” cabem todos, indiscriminadamente. E os “infratores”, ou se corrigem, ou serão punidos.

Mas tal generalidade não condiz com a realidade. A ação do Estado policial no Brasil serve à proteção da burguesia. A “paz” da burguesia é a opressão ao proletariado. A polícia mata e encarcera para conter o instinto de revolta das massas miseráveis. E tal miséria só existe e se contrasta com a fartura do burguês. Assim, a ideologia dominante nos induz a condenar a suposta violência cometida pelo proletariado e a aplaudir a cometida pela burguesia.

É dentro destes marcos que o POR procurou reunir uma vanguarda da juventude, aberta às ideias marxistas. Que não assimilou

completamente as ideias erradas dos “independentes e apartidários” - que ganhou relativa expressão no período recente - mas que vem procurando se formar no marxismo a agir organizadamente. O POR entende que é preciso constituir uma direção revolucionária entre os secundaristas. Este foi o objetivo que norteou a realização do Encontro. Foi um primeiro passo de um estágio final em que a juventude estará ganha para a revolução e será parte ativa da libertação de toda a humanidade do jugo do capitalismo, quando se erguer o modo de produção socialista.

MANIFESTO I ENCONTRO SECUNDARISTA

Companheiros,

O POR realiza esse encontro em decorrência da luta que ressurge entre os estudantes secundaristas. Há 68 anos foi fundada a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o que mostra que há uma tradição que precisa ser retomada, de modo a fortalecer o movimento atual, que desperta diante da reação da burguesia contra as escolas públicas. A bandeira de “*escola fechada, escola ocupada*”, apresentada pelo POR em assembleia conjunta de professores e estudantes, expressou uma tendência de luta que resultou em 220 escolas ocupadas em São Paulo e a disseminação desse método para outros estados como Goiás, Rio de Janeiro e Ceará.

Os atos multitudinários das *Jornadas de Junho de 2013*, os atos contra a Copa Mundial, a disposição da juventude em resistir e enfrentar a polícia foram os indícios de que chegava ao fim o longo período de contenção da luta dos secundaristas imposta pelo regime militar. Chegava ao fim também o bloqueio imposto pelas direções UBES e UMES que, embora as condições de ensino se encontrassem cada vez mais precarizadas, nada fizeram para organizar os estudantes à luta. A paralisia decorre da política governista de suas direções, PCdoB e PT.

É dessa maneira que estamos diante de uma vanguarda estudantil que rompeu com tais amarras e querem agir para mudar a realidade. A revolta da juventude oprimida procura brechas para se manifestar. Já não é mais possível contê-la. Mas a questão é: Como manifestar essa revolta? Como conquistar as mudanças? O que se quer mudar?

Uns dirão que é insuportável viver quando se tem diante de si apenas dois caminhos, ou morrer de fome ou morrer no crime. Outros dirão que já não é possível aguentar a perseguição da polícia, saber da notícia de um amigo ou parente que morreu pela mão da polícia. Outros ainda dirão que não aguentam mais ter de trabalhar de sol a sol e ainda ter de estudar e o salário ser miserável. Outros não veem meios de se livrar das agressões dentro da própria casa. Na ânsia por mudar tudo, lançam-se no movimento, certos do que sentem, mas incertos do que fazem.

O “fazer” não pode ser qualquer coisa. A mudança necessária é instaurar o modo de produção socialista. Todo estado de desgraça que assola a vida da juventude tem base material e ela mora nas relações de produção capitalista com base na exploração da força de trabalho. Não há violência, das mais diferentes naturezas, que serão resolvidas, ou mesmo minimizadas, no interior no capitalismo. Ou se destrói o capitalismo ou se perpetua a barbárie. Está aí por que os explorados e a juventude devem lutar sem trégua por reivindicações próprias e que unifiquem a maioria contra os exploradores. Por menor que seja a reivindicação, sempre lutamos para que façam parte das grandes lutas.

A disposição e valentia da juventude não pode se perder na desorganização, nas ações impensadas, no “fazer pelo fazer”. A juventude oprimida é parte da classe operária, que historicamente constituiu uma teoria e os fundamentos de um programa de transformação. A vanguarda da classe operária possui seu programa onde sintetiza “o que” deve ser feito e o “como” fazer. (...) é a revolução que se concretizará por meio da insurreição das massas oprimidas.

O programa da classe operária defende educação pública, gratuita e laica a toda a juventude e em todas as etapas de ensino. Expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino, sob controle operário. Democracia operária dentro das escolas. Emprego a toda juventude compatível com os estudos. Vincular a teoria que se aprende nas escolas com a produção social. Igualdade salarial. Moradia, saúde e lazer a juventude. Passe livre aos estudantes. Fim de toda a discriminação racial ou sexual. Incorporação de todas as mulheres à força

produtiva. Creches públicas a todas as crianças. Lavanderias e restaurantes públicos. Fim da Polícia Militar e de todo destacamento armado do Estado Burguês. Criação de milícias populares de autodefesa. Tribunal popular para julgar os crimes da burguesia.

A disposição e valentia da juventude não pode se perder na desorganização, nas ações impensadas, no “fazer pelo fazer”. A juventude oprimida é parte da classe operária, que historicamente constituiu uma teoria e os fundamentos de um programa de transformação. A vanguarda da classe operária possui seu programa onde sintetiza “o que” deve ser feito e o “como” fazer. A tarefa histórica da classe operária é a revolução que se concretizará por meio da insurreição das massas oprimidas.

Mas a revolução é obra da maioria oprimida ou não haverá revolução. Por isso a vanguarda da juventude deve se inserir no partido da classe operária. Pensar e agir coletiva e organizadamente. Assimilar o marxismo e entendê-lo como uma ciência que explica o funcionamento da vida social. Em que as mudanças são determinadas por leis históricas, econômicas e sociais. A revolução proletária e a constituição do socialismo estão dadas por essas leis. A contradição entre o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalista determina a decadência do capitalismo e conduz à transição ao socialismo.

É inegável que fatores subjetivos, como pequeno desenvolvimento do partido revolucionário, o atraso da consciência de classe, etc., podem retardar a revolução. Por isso, temos de superá-los. A juventude tem um importante lugar na luta pela construção do partido. Sabemos que a riqueza altamente concentrada nas mãos da burguesia e a miséria da maioria movem a luta de classes. E, precisamente, estamos em uma nova etapa da luta de classes, determinada pela crise estrutural do capitalismo. Movimentos multitudinários e radicais manifestações insurgem nas ruas, mas, por não possuírem uma direção revolucionária, esgotam em si mesmas e não raro são canalizados pelas forças conciliadoras, burguesas e pequeno-burguesas.

A burguesia tem de constantemente organizar a contrarrevolução, ou seja, bloquear pela política, pela ideologia e pela violência o avanço

dos explorados contra o poder dos capitalistas. Alimenta a desorganização das massas, divulgando amplamente que o socialismo é uma velharia. Os revisionistas de todos os matizes se valem do retrocesso político das massas para alçarem-se ao parlamento por meio de um falatório radicalizado. A juventude deve saber distinguir os oportunistas dos revolucionários. Os primeiros são amorfos e não possuem um programa. Os revolucionários, por sua vez, atuam entre a juventude sempre evidenciando a política do proletariado e da burguesia.

A juventude cumprirá um papel determinante na revolução. E é

Realizado o VIII Seminário Do POR no Litoral Norte de São Paulo

No dia 24 de julho, realizamos em Caraguatatuba o Seminário “Os conflitos internacionais e o internacionalismo proletário”, utilizamos o livro “Socialismo ou Barbárie”, impresso pelo POR do Brasil, lançado no XIII Congresso do Partido, em fevereiro de 2016. Seleccionamos dois capítulos para os estudos, o primeiro foi a constituição do Estado Islâmico (E.I.) que resiste, com os métodos alheios à classe operária, à ofensiva e saque do imperialismo, e o segundo sobre a capitulação do Siryza na Grécia, que foi um dos primeiros países europeus a sofrer os impactos da crise econômica, aberta em 2008. Dentro destes dois capítulos, focamos a discussão sobre o Programa do Partido Operário Revolucionário e análise e crítica às posições das correntes políticas centristas e reformistas.

Estado Islâmico

A fase última do capitalismo, já descrita por Lênin como a fase dos monopólios, tem como uma de suas características a disputa dos países imperialistas pelo saque das matérias primas dos países semi-coloniais. Essa exploração gera um estado de guerra, intensificando também a opressão nacional. Assim, uma das tendências dos países oprimidos é resistir, mesmo que com métodos não revolucionários, a essa opressão nacional. O E. I. expressa a resistência da nação oprimida. O nacionalismo burguês, no entanto, é insuficiente e impotente diante da tarefa de livrar a nação oprimida das garras do imperialismo, porém, diante da ausência do partido operário, arrasta as massas. Neste momento de crise, a classe operária e os oprimidos se chocam com o problema histórico de crise de direção revolucionária e a ausência de um partido revolucionário. Na ausência de uma direção revolucionária e de um programa revolucionário, o “pacifismo” e outras variantes da ideologia dominante se constituem em barreira para o avanço da consciência da classe explorada. Neste contexto, a classe operária se encontra fragmentada, carece do partido revolucionário que a organize enquanto classe dirigente da revolução.

Todas as correntes de esquerda capitularam diante da investida dos países imperialistas aos países do Oriente Médio onde se originou o grupo E. I. As correntes de “esquerda” isolam os atentados do conflito geral, condenam, prestam consternação, usam a bandeira de liberdade de expressão para se juntar ao imperialismo na condenação do terrorismo, como foi o caso do atentado à revista Charlie Hebdo francesa. Desta forma, o terrorismo e a religião se transformam numa resposta dos povos oprimidos, apesar do obscurantismo e do reacionarismo. O partido marxista-leninista-trotskista sabe que o inimigo são os países opressores, ergue seu ódio a esses, mesmo que uma burguesia nacionalista de um país oprimido seja a direção de combate a opressão imperialista, ou seja, é necessário distinguir claramente quem é o opressor. O fim das opressões se dará com o fim do capitalismo.

Grécia

A Grécia é um país débil diante da União Européia. A crise aberta em 2008 pela explosão da crise econômica estadunidense arrastou a Grécia de maneira abrupta à crise, fazendo com que o governo grego,

essa precisamente a tarefa da juventude oprimida. Se vincular à classe operária e lutar pelo socialismo. Não há lugar para a juventude no capitalismo. Os assassinatos, o desemprego, a discriminação racial, o encarceramento, a violência à mulher, o confinamento nos bairros são manifestações da barbárie social produzido pelo capitalismo apodrecido. A vida da juventude depende da luta organizada pela destruição do capitalismo.

Viva a Revolução Proletária!

Viva o Socialismo!

em defesa da burguesia diante da crise, aplicasse o chamado “plano de austeridade”, que ataca os trabalhadores e mantém o pagamento dos juros da dívida aos banqueiros, levando os explorados do país a uma nova etapa da luta de classes. Em meio à crise, os movimentos reivindicatórios que se ergueram no país “berço da democracia” fizeram 28 greves gerais, que foram canalizadas para as eleições e para o parlamento. Neste contexto, potenciou o SIRYZA, um grupo político de “coalizão de esquerda”, que foi amplamente apoiado pelo PSOL no Brasil.

Sabemos que o desdobramento da crise econômica gesta a crise política. O Siryza, desde sua origem, foi avaliado pelo POR como um partido pequeno-burguês reformista, incapaz de se apoiar nas massas em luta para rechaçar as exigências da TROIKA. Chegando ao governo pelas urnas, o Siryza e Tsípras não recuaram um milímetro da política pró-imperialista, organizaram artificialmente um plebiscito que, mesmo tendo referendado o “não” diante das medidas nefastas, de nada adiantou, as medidas impostas pelos organismos burgueses foram concluídas. O partido de coalizão logo capitulou. O PSOL, no Brasil, não reconheceu a clara subserviência do governo Tsípras.

A resposta ao ataque imperialista se dará com a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa, para isso precisa ter desenvolvido o programa da classe operária internacionalista, que não se vincula a blocos econômicos para defender os interesses da burguesia e suas “livres” barreiras comerciais. Os operários organizados não se limitam a fronteiras econômicas, defenderão a ditadura do proletariado, instrumento das transformações socialistas, não defendem a conservação da grande propriedade privada dos meios de produção protegida pelo Estado burguês e mantida pela sua ditadura.

Conclusões

Toda a opressão se dará com o fim do capitalismo. As massas possuem seu instinto revolucionário, mas não estão organizadas num partido revolucionário. O partido revolucionário é a consciência dos interesses históricos da classe operária, dirigente da revolução socialista mundial. O programa revolucionário contém a estratégia e as táticas da classe operária. O partido-programa precisa desenvolver a caracterização adequada de cada país, apontar as particularidades de cada território, a mecânica das classes, etc.

Os falsos posicionamentos “pacifistas”, o desvio eleitoral, só servem de alimento ao capitalismo podre. Está na ordem do dia constituir a vanguarda revolucionária combativa, que possui consciência de classe, que identifica e distingue quem são os opressores e quem são os oprimidos, e sabe que qualquer desvio ou conciliação só servirão ao atraso e retrocesso da luta de classes.

O POR, como partido bolchevique, trabalha por formar quadros revolucionários, que estudam a realidade, atuam no seio dos explorados e transformam as experiências da luta de classes em teoria. Nas escolas e academias não se aprende o marxismo. O socialismo científico, que tem por base a concepção materialista da história e o método dialético, é assimilado no processo de construção do partido e da organização do proletariado.

Percurso, experiência e lições sobre os movimentos de “LGBT”¹

A chamada “Rebelião de Stonewall” (EUA), de 1969, constituiu-se no fato para a fundação e projeção dos movimentos auto organizados de homossexuais pelo país e pelo mundo. Tratou-se de uma revolta de camadas da população norte-americana contra arbitrariedades policiais, discriminação e perseguições praticadas pelo Estado burguês.

À época, os “atos homossexuais” eram considerados ilegais em todos os estados, a exceção de Illinois. Stonewall era um bar do bairro Greenwich Village, da cidade de New York. No dia 28 de julho, a polícia cercou o local. Revoltados por anos de abusos, começou a resistência. Deflagraram-se violentos enfrentamentos. Por dois dias, os manifestantes enfrentaram a repressão policial nas ruas do bairro.

A “Rebelião de Stonewall” abriu passagem às organizações particulares de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mais tarde chamadas de “LGBT”. Constituiu-se a Frente de Liberação Gay (FLG). A FLG objetivava impulsionar mobilizações de massas que obrigassem o Estado a legislar sobre os direitos civis e garantir proteção jurídica contra as discriminações praticadas pelas instituições públicas e privadas.

O setor mais radicalizado, porém, afirmou que seria impossível avançar às reivindicações sem acabar com o capitalismo e as relações familiares patriarcais, passando a se vincular à organizações radicais, a exemplo das Panteras Negras, aos partidos estalinistas e aos que se reivindicavam do trotskismo.

Projeção institucional – avanço e retrocesso

Assumido publicamente como ativista gay, Harvey Milk foi o primeiro homossexual a ser eleito a um cargo público no mundo². Em 1977, conquistou o posto de vereador na prefeitura de São Francisco, do estado da Califórnia. Sob seu mandato, foram aprovadas leis sobre direitos civis e políticos dos homossexuais, barrou-se um projeto de lei que facultava a demissão de professores homossexuais.

Milk conseguiu se eleger por mais dois mandatos. Pôs-se assim à luz do dia a força eleitoral da população homossexual, que não se via refletida pelos partidos da burguesia norte-americana.

A ascensão eleitoral de homossexuais, que logo se estendeu por todos os EUA, permitiu criar um amplo movimento nacional de pressão política, que levou à conquista de leis e garantias jurídicas contra a discriminação e perseguição. Descobriu-se a sua importância para as disputas eleitorais. E a necessidade de cooptar os movimentos, evitando que se radicalizassem politicamente por fora das alavancas manejadas por um setor da burguesia liberal. Colocou-se o objetivo de institucionalização e cooptação. É nessas condições que avançou a abertura gradual, embora muito limitada, dos direitos civis e sociais dos homossexuais.

Em 1978, Dan White, supervisor eleito pelas camadas reacionárias da população de São Francisco, assassinou Milk. Dois anos depois (1980), Ronald Reagan ganhará as eleições para a presidência do país. Tratava-se de duas expressões da crescente ofensiva reacionária deflagrada pela burguesia contra as massas e suas condições de vida. E que, no que diz respeito aos homossexuais, se refletirá no recrudescimento da discriminação e a perseguição. Situação essa que foi potenciada pela manifestação da AIDs. Armou-se uma violenta campanha obscurantista e religiosa contra a “degenerescência gay”.

Impacto da reação estalinista

Nos anos de 1970, o setor mais politizado do movimento homossexual

não se colocava ainda pela constituição de organizações à parte dos partidos. Enquanto grande parte se organizava em movimentos reformistas, aqueles influenciados pelo marxismo entendiam que a luta pelos direitos se subordinava à luta geral dos explorados. Para 1980, porém, a ruptura dos homossexuais com os partidos de esquerda constituía uma tendência dominante.

Na base desse processo, achava-se a degenerescência dos partidos estalinistas e dos Estados operários burocratizados, que aprofundaram a repressão interna aos homossexuais. O homossexualismo foi admitido pelo estalinismo como uma “doença” e fonte de “degenerescência social”. De forma que o avanço da contrarrevolução estalinista impulsionou a ruptura dos homossexuais com os partidos comunistas.

Aprofundou ainda esse quadro o avanço nos requintes de barbárie e violência social, as perseguições e a discriminação que empurrariam cada vez mais os movimentos de homossexuais a dar destaque às lutas democráticas, visando à conquista de medidas legais jurídicas que atenuassem sua grave situação.

O chamado de “socialismo real” foi falsamente identificado com o marxismo. Os partidos comunistas passaram a ser catalogados como “reacionários” e a doutrina marxista um método “ineficaz” para responder às “particularidades” da homossexualidade e suas lutas. No entanto, sob a palavra de ordem de romper com o estalinismo, grande parcela de homossexuais não fazia outra coisa que romper com a revolução proletária, entendendo por “marxismo” o que era apenas sua sombra burocrática.

Democratismo e corporativismo

Importante parcela dos movimentos auto organizados de “LGBT” acabaria se posicionando pela “horizontalidade” e “consenso”. E sob a justificativa de rejeitar “hierarquias” - associadas ao burocratismo estalinista - passou a incorporar a rotação dos cargos na direção dos movimentos para evitar a “concentração de poder”. Mas por se tratar eminentemente de um movimento de classe média, a rejeição ao burocratismo serviu à rejeição da luta revolucionária. Não poderia admitir que as discriminações são expressões da sociedade de classes e que toda opressão é em última instância de classe.

A coesão social dos movimentos de homossexuais não mais passaria pela delimitação clara entre classes sociais. Mas, pela união de camadas de diferentes classes sociais que tinham, no entanto, uma experiência de vida comum perante a discriminação social e as escolhas sexuais comuns.

É nesse momento que surge o termo “LGBT” para “separar” as diversas “categorias” que diferenciam a homossexualidade: as lésbicas se separaram dos homens gays, esses dos travestis e transexuais e assim em diante. De forma que à ruptura com as organizações marxistas continuou-lhe a progressão numérica das organizações na base das particularidades e experiências da vida sexual de cada “grupo social” e a contínua “especialização” dos estudos acadêmicos e sociológicos que refletiram no campo acadêmico a ruptura de um setor de classe média com os fundamentos da luta de classes. De forma que as distinções internas, as dissensões baseadas na sexualidade, a vinculação com partidos da burguesia (geralmente com os que prometem reformas, direitos civis), a descoberta do uso das eleições acabou caracterizando em grande medida tais movimentos como democratizantes e corporativos.

É nas condições de diáspora organizativa que se projetaram as diversas pseudoteorias acadêmicas sobre a existência de “opressões sociais” distintas da opressão de classe e regidas por leis próprias de desenvolvimento histórico. É nesse momento também *que surge uma pseudoteoria que pretenderá demonstrar que a discriminação contra os homossexuais é resultado da opressão das estruturas culturais e ideológicas “heterossexuais” da sociedade. E que consequentemente a “opressão heterossexual” exercia-se não sobre uma classe em particular, mas sobre uma “minorias social”: os homossexuais.*

Desenvolvido pela esquerda acadêmica, o conceito de “minorias sociais” pretendia demonstrar a existência de “grupos sociais”, cuja opressão é caracterizada como sendo “cultural”, “racial”, “ideológica”, desconhecendo-se ou deformando-se que a cultura e a ideologia são reflexos supraestruturais. De forma que a luta dos homossexuais passaria fundamentalmente pelo combate às estruturas culturais e ideológicas “heterossexuais” e por contrapor-lhes “novas estruturas ideológicas”. Seria necessário, portanto, adotar “novos” métodos que se ajustassem às “novas” particularidades dessa luta. Ganhariam projeção as “manifestações artísticas”, as demonstrações públicas para dar “visibilidade” social à homossexualidade, os “movimentos de pressão política” para avançar as reformas parlamentares, a realização de palestras e edição de livros e documentos acadêmicos para formar e avançar a educação “na diversidade sexual”, enfim, métodos diversos que visavam à criação de “novas estruturas ideológicas e culturais”. Evidentemente, um novo método concebido em oposição à luta revolucionária por sepultar o capitalismo.

E sob a “nova palavra de ordem” parte dos movimentos passou também a combater os partidos marxistas, acusados de reproduzirem a “opressão heterossexual”.

A vida social e as experiências individuais

A forma com que cada indivíduo experimenta a discriminação e as perseguições sobre sua vida íntima e sua sexualidade não são iguais. Enquanto a discriminação à homossexualidade é geral, seus efeitos e manifestações recaem distintamente nas diversas classes sociais. No caso da pequena-burguesia, os efeitos da discriminação na vida social e econômica constituem em primeiro lugar uma trava à sua ascensão social. As perseguições e discriminações contra as camadas de homossexuais das classes médias impedem-lhes de usufruir dos mesmos direitos civis, econômicos e políticos que outras camadas sociais pelo simples fato de não se caracterizarem pela heterossexualidade.

Nota-se que o avanço da legislação sobre os direitos dos homossexuais possibilitou que uma de suas camadas pequeno-burguesas resolvesse seus interesses sociais e econômicos a contento, ainda que parcialmente e estejam sempre ameaçados. O que incentiva a ilusão de que no capitalismo é possível superar tão odiosa discriminação.

O fundamental dessa constatação está em que o avanço na legislação não somente expressará uma conquista democrática (que não modificará o quadro mais geral da opressão), mas também uma conquista econômica para uma parcela limitada do movimento homossexual, que achará condições para seu desenvolvimento social e econômico no Estado, nas funções privadas e nos meios acadêmicos. É nesse marco que avançará a “profissionalização” da militância homossexual pequeno-burguesa nas ONG’s, sustentadas financeiramente por capitalistas, de acadêmicos que produzem “teoria” nas condições de subordinação ideológica às políticas do Estado burguês e sob o controle das burocracias universitárias, condicionados pelas fundações privadas, etc. E na medida em que resolvem seus problemas

e interesses se vão afastando cada vez mais dos movimentos radicalizados, passam a sustentar os cimentos da família burguesa e da sociedade, etc.

No caso do proletário, é o poder do capital a força que exerce uma influência determinante sobre sua vida, seu corpo e suas experiências de vida. De forma que o indivíduo proletário não tem como mudar suas condições de existência social isoladamente. Só pode controlar as forças que o dominam, e, portanto, desenvolver sua própria individualidade, constituindo-se como parte indissolúvel de uma força social que construa uma nova existência social na base da destruição das condições sociais anteriores. A luta de classes do proletariado não procura preservar as velhas formas da família, nem reformar as relações de produção e o Estado que o oprimem. Mas, destruí-los e erguer um novo Estado na base de novas relações de produção e novas formas de propriedade.

Está aí por que o proletário se liberta como indivíduo através da ação coletiva e revolucionária de massas, enquanto para a pequena burguesia como classe a libertação individual comparece fundamentalmente como um ato pessoal e capaz de ser realizado dentro do regime burguês. É essa clara distinção de classe que demonstra que os sentimentos e experiências sensíveis dos indivíduos com o mundo material e seu próprio corpo são determinados, em última instância, pela classe a que pertence e por sua relação contraditória com as demais classes.

Esse entendimento é decisivo para separar a luta pela destruição do capitalismo pela revolução social da limitada luta pequeno-burguesa pela integração dos homossexuais na ordem burguesa. As reivindicações democráticas e a defesa dos direitos civis devem conduzir as camadas sociais que padecem da discriminação à luta pela derrubada do poder capitalista.

Revisionismo

O desenvolvimento das pseudoteorias da “opressão de gênero”, do “machismo”, da “opressão heterossexual”, etc. expressaram a aversão de intelectuais das classes médias à doutrina marxista e aos seus fundamentos científicos de que toda manifestação de discriminação tem por base a opressão de classe, baseada na propriedade privada dos meios de produção e na família como célula econômica da sociedade. Mas, não apenas intelectuais e acadêmicos avançariam nessa trilha: também o fariam as correntes revisionistas do trotskismo, que passaram a adotar as pseudoteorias como se fossem uma “atualização” do marxismo.

No extremo se afirma que não se pode dar um “conteúdo” proletário às reivindicações que expressam a luta de setores da pequena burguesia

por retirar os entraves a sua ascensão social. Por outro lado, a concepção sobre a possibilidade de uma mudança social apenas operando modificações no campo das estruturas ideológicas e culturais, isto é, sem modificar com métodos revolucionários as bases que lhe servem de sustentação, reproduzia as velhas concepções idealistas sobre a possibilidade de mudar as bases materiais da sociedade e, por tanto, as condições de existência social apenas pelas reformas e as mudanças no campo das ideias e da consciência no capitalismo.

A ideia de que essas “novas reivindicações e teorias”, por se chocarem com o caráter e estrutura obscurantista das noções ideológicas da família burguesa e das discriminações por motivos sexuais, poderiam ser convertidas em “revolucionárias” pela ação do partido, serviria como uma cobertura ideológica da submissão dos aparelhos centristas às pressões democratizantes da pequena burguesia.

A essência do revisionismo está em considerar que o marxismo não

deu conta da especificidade da opressão, no caso sexual, portanto, não de classe. E que chegou o momento de reconhecer essa falha histórica. O ponto de partida está em admitir a existência de opressões que não são de classe, que exploração e opressão são distintos e separados, embora interligados. De forma que seria necessário reconhecer nessa relação a especificidade e a autonomia ou uma certa autonomia do fenômeno da opressão. Essa formulação antimarxista necessitou de um suporte conceitual, em grande medida forjado pela esquerda acadêmica. Proliferou a noção de gênero e com ele as tentativas de explicação cultural da opressão. Na mesma linha, procurou-se dar à noção de “machismo”, vulgarmente aplicado em casos de prepotência do homem, um sentido geral, que supostamente determinaria o fundamento da opressão que não é de classe. Encontramos em abundantes publicações a tentativa de integrar em um sistema de explicação a noção de gênero e de machismo, quem podem ser utilizados cada um por si, segundo a necessidade de quem formule o pensamento.

Uma ruptura com o marxismo

É bom retomar as divergências da década de 1970, que tiveram como epicentro os Estados Unidos. A revista *Women and Revolution*, da Liga Espartaquista (EUA), referia-se à degenerescência de determinadas posições. No seu número 13 (1976-77), se afirmará que a esquerda se dividia “em uma série de grupos mutuamente hostis delimitados pelo que cada um considerava a ‘opressão principal’”. E em torno da tese de “que somente os oprimidos podem entender sua própria opressão e que, portanto, somente eles podem combatê-la, levou ao surgimento de tendências excludentes, primeiro sobre linhas raciais, depois sobre linhas sexuais, e depois, em uma extensão absurdamente lógica, a grupos exclusivos de lésbicas, de puros homens gays, de feministas judias, de feministas gordas, etc.”. De forma que “muitos dos que queriam assaltar os bastiões da opressão sexual lançaram seu ataque frontal não sobre a sociedade de classes, mas sobre a sociedade ‘hetero’, elevando as predileções pessoais ao nível de princípios políticos”.

Em outra passagem destacará que: “a amarga experiência dos homossexuais na Brigada Venceremos, que demonstrou com entusiasmo seu apoio a Cuba de Castro, até que se chocou com os preconceitos anti-homossexuais do ‘socialismo’ cubano (isto é, do estalinismo) ilustra tanto a perversão estalinista do bolchevismo como a incapacidade do radicalismo pequeno-burguês de manejar politicamente esse fato histórico”. Para logo afirmar que “aos membros homossexuais da Brigada, repugna-lhes a asquerosa perseguição aos homossexuais em Cuba. Mas, em lugar de reavaliar reflexivamente o caráter da Cuba castrista, a maioria simplesmente abandonou a política e reafirmou a realização pessoal”.

A crítica acima colocada expõe exemplarmente as divergências daquele momento, embora a Liga mesma fosse uma organização revisionista do trotskismo. As suas observações mostram que na base dos desvios se achava a emergência social das classes médias. É o que se constata quando afirma que as posições antimarxistas tiveram maior aceitação na esquerda na medida em que refletiam “o relativo atraso político da classe operária e o peso relativamente maior da classe média liberal na vida política”.

Programa, métodos e táticas

Os diferentes graus de radicalização política das camadas homossexuais das classes médias refletem as particularidades da luta de classes de cada país. Apesar da esquerda revisionista trabalhar por criar organizações próprias, seriam as tendências “autonomistas” e de auto-organização em separado e à parte dos movimentos e partidos proletários que finalmente se

imporiam nos movimentos de “LGBT”. Está aí por que o quadro mais geral da atual situação do movimento de “LGBT” - não apenas no caso dos EUA, como em todo mundo e particularmente no Brasil - é o de uma esmagadora maioria trilhar o caminho do corporativismo e do “autonomismo”.

Sem se confundir com as aspirações reformistas e idealistas da pequena burguesia, os trotskistas apoiam as lutas democráticas pela igualdade jurídica e civil dos movimentos na medida em que se chocam com o Estado e com as instituições que sustentam a opressão. Mas, erguendo as reivindicações que decorrem da situação social dos explorados e que os unem em uma única força social capaz de impor suas reivindicações com os métodos da luta de classes. O que exige uma delimitação programática diante das pseudoteorias que servem para combater as posições do marxismo sobre todas as formas de opressão social. As inúmeras organizações revisionistas do trotskismo foram incapazes de realizar essa tarefa e acabaram fatalmente por assimilar as pseudoteorias, assim como os métodos democratizantes e idealistas.

Por outro lado, é necessário combater a orientação que coloca a vida íntima dos indivíduos ao nível de um programa político e de um método organizativo. A máxima “o pessoal também é político”, amplamente defendida pelos movimentos, em última instância, significa que a vida íntima seria um fator histórico das mudanças sociais e sua utilização um método para “revolucionar” a sociedade. Para os marxistas, ao contrário, o indivíduo é integrante e expressão de uma força social e histórica (seja-o consciente ou inconscientemente).

De forma que o “individual” somente pode constituir um “fator de desenvolvimento social onde, exclusivamente na época, e unicamente no grau em que permitem as condições sociais” (Plekhanov, “O papel do indivíduo na história”). E somente a luta de classes é uma verdadeira luta política. Isto, porque projeta a única classe revolucionária de nossa época (o proletariado) para a conquista do poder, objetivando assim transformar a economia, a sociedade e o Estado segundo as tendências e leis sociais que representam o progresso histórico da humanidade.

Está perfeitamente claro pela experiência e pela teoria revolucionária que a opressão aos homossexuais tem suas raízes na família como unidade econômica. A família, por sua vez, tem suas raízes nas relações de produção e exploração do trabalho. As várias formas de opressão de classe começarão a se extinguir com a classe operária no poder, com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e com o avanço da transição do capitalismo para o socialismo. A revolução proletária unirá todos os explorados em um só objetivo - acabar com todo tipo de opressão. É extremamente importante a evolução política de grandes camadas sociais que sofrem a discriminação e a violência reacionária, como é o caso de milhões de homossexuais.

...

Notas:

1. Usamos a sigla “LGBT” apenas para referenciar no texto os diversos grupos e movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Não incorporamos a nomenclatura nem seu conteúdo de classe, que expressam as classificações estabelecidas pelos diversos movimentos e pseudoteorias que separaram camadas da população homossexual pelas particularidades de sua vida privada e íntima.
2. Referimo-nos apenas ao primeiro militante homossexual publicamente reconhecido que foi eleito para um cargo público em um país capitalista. Chicherin, que foi Comissário de Assuntos Exteriores da URSS, sucedendo no cargo a León Trotsky, era um quadro bolchevique reconhecido dentro do partido como abertamente homossexual, condição que ele nunca ocultou nem tampouco fez público sob o preceito de que a vida íntima é um assunto de ordem privada.

Nesta edição:

- A crise do MERCOSUL manifesta o avanço do intervencionismo imperialista na região
- Argentina: governo definiu uma política antinacional de se integrar o futuro bloco de livre comércio encabeçado pelos Estados Unidos
- Governos estrangulados economicamente e o poder central lhes fecha as portas

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A crise do MERCOSUL manifesta o avanço do intervencionismo imperialista na região



O MERCOSUL atravessa a maior crise política desde sua formação, em 1991. O bloco comercial e alfandegário é integrado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, e Venezuela. Segundo seus Estatutos, a presidência do bloco tem caráter temporário e rotativo. A cada seis meses, assume um dos membros, de acordo com critério da ordem alfabética. Sob a justificativa de evitar que o peso econômico e político do Brasil e da Argentina acabassem impondo os interesses de suas burguesias, instituiu-se que as decisões teriam de ser garantidas por “consenso dos países membros”. Condições essas estabelecidas no artigo 21 do *Tratado de Asunción* e em correspondência ao Artigo 5º do *Protocolo de Ouro Preto*. Agora, são essas mesmas condições de funcionamento interno que estão sendo utilizadas pelos governos pró-imperialistas da Argentina, Brasil e Paraguai para implodirem o bloco.

Em 29 de julho, Uruguai anunciou que estava concluída sua presidência do MERCOSUL, cabendo à Venezuela presidi-lo nos próximos seis meses. No entanto, o chanceler do governo golpista do Paraguai, Elaido Loizaga, contestou, afirmando que não reconheceria a presidência da Venezuela. Dias depois, o governo de Mauricio Macri (Argentina) também rejeitaria reconhecer a presidência venezuelana, assim como o tinha feito o ministro de Relações Exteriores do Brasil, José Serra.

Os governos brasileiro, argentino e paraguaio argumentaram que não existia “o consenso” para apoiar a presidência venezuelana

“de todos os Estados membros” (artigo 37 do Protocolo de Ouro Preto). E que a Venezuela, ao aceitar, teria incorrido em uma medida “unilateral”, quando deveria esperar pela reunião que teria de manifestar o consenso ou não sobre a nova presidência. Segundo Macri, o país não poderia presidir um bloco que tem por fundamento a “defesa da democracia”. E que a Venezuela o estaria violentando ao não “garantir os direitos democráticos” e manter “presos políticos”. Mas, a demagogia democratista não passa de uma manobra. Seu governo reconheceu o golpista de Temer e que manteve as relações diplomáticas e comerciais com o governo de Horácio Cartes, que posou no comando do Estado depois de um golpe institucional contra Fernando Lugo com a ingerência e apoio direto dos Estados Unidos.

É evidente que se trata de uma manobra diplomática de governos agem em favor da ingerência do imperialismo nos assuntos internos da Venezuela e da região. No entanto, essa espécie de “golpismo diplomático” contra o MERCOSUL e Venezuela ocorre no momento em que o bloco tem o objetivo de avançar as negociações de um acordo de livre comércio com a União Europeia. Aos Estados Unidos interessa a expansão de acordos sob sua condução.

O instrumento da guerra comercial na América Latina na disputa pelos mercados e as fontes de matérias-primas é a Aliança do Pacífico, que inclui Chile, Peru, México e aos Estados Unidos fundamentalmente. Trata-se de uma expressão regional do Acordo Trans-Pacífico de Comércio que visa a estabelecer um amplo

mercado comum mundial, sob a hegemonia norte-americana. É nesse marco que deve ser compreendido o pedido da Argentina aos países latino-americanos membros da Aliança do Pacífico de participação em caráter de “país observador” - um primeiro passo na futura integração plena ao bloco previsto para 2018. Está aí por que o governo Macri atua como um dos canais das pressões norte-americanas para cercar a Venezuela e desagregar o MERCOSUL.

O lugar de destaque que coube ao governo macrista nas movimentações imperialistas tem por fundamento o fato de esse ser um governo reacionário e pró-imperialista que chegou ao poder pela via das urnas. O que lhe permite encobrir seus ataques contra a Venezuela com um verniz pretensamente democrático. Por contarem com governos golpistas, Brasil e o Paraguai não podiam ocupar a mesma trincheira “democrática” de denúncia e desestabilização contra a Venezuela. No entanto, o Brasil tem um lugar de destaque nessas manobras como a maior economia semicolonial da região. A ameaça do Brasil de esvaziar o MERCOSUL e as medidas diplomáticas da Argentina em nome da democracia assim se conjugam para destroçar o bloco regional.

Evidentemente, isso não significa o fim imediato do bloco comercial. Não se pode desconhecer que esse poderá constituir um instrumento das próprias frações direitistas e pró-imperialistas para negociar seus interesses perante o imperialismo. No entanto, se sobreviver, será em forma extremamente limitada e cerceada em suas capacidades comerciais e diplomáticas. Qualquer que seja a variante (destruição ou sobrevivência), a via traçada é a de se potencializar a ofensiva imperialista de ingerência nos assuntos internos das semicolônias e de recrudescimento da opressão nacional.

O fundamental está em que as movimentações imperialistas norte-americanas, usando para isso os governos reacionários e pró-imperialistas da Argentina, Brasil e o Paraguai, objetivam criar uma estrutura (jurídica, comercial, política e diplomática) que privilegie seus interesses e fechem, ao mesmo tempo, estreitem o fluxo de capitais a seus competidores. É nesse sentido aliás que caminham os acordos entre México e Argentina (Acordo de Complementação Econômica-ACE) e sua futura admissão na Aliança do Pacífico. Ambas as vias ajudariam a constituir uma sólida base para movimentações imperialistas para asfixiar a Venezuela e penetrar nas economias nacionais.

Observa-se que a queda eleitoral dos governos nacional-reformistas ou sua remoção golpista pelas frações burguesas semicolônias direitistas e pró-imperialistas abre uma etapa de mudança nas relações internas aos Estados entre as frações internas das burgue-

sias semicoloniais, assim como externas entre essas e as diversas frações monopolistas mundiais.

Na resolução sobre a situação política mundial, aprovada na Conferência do Comitê de Enlace de abril de 2015, afirmáramos que o avanço à crise se manifestando abertamente nas semicolônias colocaria ao MERCOSUL “*como uma das fontes dos desequilíbrios regionais*”. O essencial desse prognóstico está em demonstrar que o MERCOSUL não teve como criar um mercado comum que firmasse mecanismos de proteção das semicolônias perante o imperialismo.

A sua interdependência interna constituiu-se sob o controle dos monopólios que controlam os ramos-chaves das economias nacionais e determinam os rumos da produção e das exportações. No marco de crescimento dos intercâmbios comerciais e dos lucros realizados no mercado mundial pelos monopólios, o MERCOSUL serviu de limitada válvula de escape para equacionar os atritos diante do imperialismo. Com o avanço das tendências recessivas, compareceu como entrave à penetração a fundo dos monopólios na região. É o que veio a se manifestar mais à frente no campo das relações políticas interburguesas. Situação essa que finalmente passou a exigir a remoção de governos da esquerda burguesa e pequeno-burguesa e sua troca por governos abertamente pró-imperialistas.

Esse percurso depõe contra a aspiração da burguesia de avançar a unidade latino-americana sob o império da propriedade privada monopolista dos meios de produção. E, fundamentalmente, que é impossível a qualquer país semicolonial liderar um bloco econômico a despeito do imperialismo e das forças econômicas que dominam o mercado mundial. Trata-se, portanto, da vanguarda tirar as lições que se desprendem da impotência do nacional-reformismo em consumir a independência nacional e continental perante o imperialismo.

A impugnação arbitrária à Venezuela é tão somente mais um episódio dos impasses que marcaram toda a trajetória do MERCOSUL. Desta vez, esse organismo está servindo à posição norte-americana de derrubada do regime chavista, que já não tem para onde ir. A ascensão de governos francamente pró-imperialistas na Argentina e Brasil facilita o imperialismo impor seus objetivos. No entanto, a evolução dos acontecimentos depende das massas oprimidas e especialmente do proletariado. Já começaram a se chocar com tais governos e poderão potencializar a luta anti-imperialista na América Latina. A experiência negativa com os governos nacional-reformistas ajudará na tarefa da vanguarda avançar a luta pela independência de classe do proletariado.



Argentina

O governo definiu uma política antinacional de se integrar o futuro bloco de livre comércio encabeçado pelos Estados Unidos

México, Colômbia, Peru e Chile, países que integram a Aliança do Pacífico, deram boas-vindas à Argentina como país observador. Macri se mostrou favorável ao avanço do processo, que conclua com um acordo de livre comércio dos países da América Latina com os Estados Unidos, semelhante à ALCA. *“Depois de muitos anos de uma economia fechada, temos de ir a uma transição ordenada, sem problemas, de integração do Mercosul, espero que em breve, com a Aliança do Pacífico e, depois, com o mundo inteiro (referindo-se a TPP). Terão futuro aqueles que sejam capazes de construir redes e não paredes.”*

A Aliança do Pacífico aprovou, no início de junho, o pedido argentino para se incorporar a esse bloco como observador. A condição de “observador” não compromete diretamente o vínculo com o Mercosul, mas mostra a intenção de aliar-se com os países da região mais alinhados à estratégia de acordos de livre comércio, impulsionada pelos Estados Unidos.

A 15ª reunião do conselho de ministros da Aliança do Pacífico, realizada no México, serviu para organizar o encontro de julho. O chanceler chileno, Heraldo Muñoz, havia antecipado que o encontro em Porto Varas *“terá uma presença inédita de pelo menos dois presidentes”* que não pertencem à aliança, Macri será um deles, *“o que indica que a Aliança do Pacífico continua tendo interesse, e isso é muito positivo para os quatro países que a integra”*. Além da Argentina, participaram como observadores a República Checa, Romênia, Ucrânia, Egito, Eslováquia e Noruega.

Em meados de maio, o secretário de Comércio, Miguel Braun, garantiu que *“o país, no longo prazo, ingressará no Acordo Transpacífico de cooperação econômica (TPP)”*. *“Estamos esperançosos por fazer parte do acordo, cedo ou tarde. Obviamente, vai levar tempo”*. Disse e lembrou que o Presidente quer abrir-se a *“sócios estratégicos”*, como os Estados Unidos, com as iniciativas como o TPP.

Pertencer ao Mercosul é uma limitação para os desejos do governo de integrar a Aliança do Pacífico. O Tratado de Assunção e a resolução 32/00, constitutiva do Mercosul, impede que os países membros possam negociar individualmente acordos de livre comércio. Nada impede que possam participar como observadores, como já fazem Uruguai e Paraguai.

Os novos governos da Argentina e do Brasil colocaram a necessidade de flexibilizar as cláusulas constitutivas do Mercosul para permitir negociações bilaterais de livre comércio. Ser membro observador não tem consequências concretas à economia Argentina. Para ser membro, é necessário romper com o Mercosul, ou convencê-lo de que como bloco chegue a um acordo. No momento, é uma definição política para onde se orienta o governo, antecipando que buscará a integração, que evidentemente será desastrosa para a economia.

Três dos quatro membros da Aliança do Pacífico – México, Peru e Chile – integram o acordo Transpacífico (TPP), junto com os Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Brunei, Cingapura, Vietnam e Canadá.

Qual é a dimensão do TPP? O TPP envolve 1 bilhão de habitantes, representando 25% das exportações globais e 40% do produto bruto mundial.

Quais são seus objetivos? 1) eliminação de barreiras alfandegárias; 2) renúncia das jurisdições nacionais para resolver litígios; 3) garantias por cima das nações do poder das corporações multinacionais concretizarem seus negócios; 4) extensão das patentes exclusivas por mais de uma década para a indústria farmacêutica; 5) flexibilização de toda legislação trabalhista. Estas são algumas

das cláusulas estabelecidas ao firmarem o acordo secreto em outubro do ano passado. O acordo ainda prevê a privatização de todas as empresas ou áreas sob o controle dos Estados.

O caráter secreto que foi dado aos documentos e aos acordos é uma confissão do caráter predador de seus objetivos.

O TPP surgiu como continuidade global da ALCA, que em 2005 fracassou no Encontro do Mar del Plata. É a política dos Estados Unidos para se contraporem ao poder crescente da China e naquele momento também dos BRICs, o bloco do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (hoje em retrocesso devido à crise na Rússia e no Brasil).

R. Paiva, diretor da Agência Pró Chile, explicou a filosofia da Aliança do Pacífico em uma entrevista ao diário El País de Montevideú. *“O grande impulso da Aliança é ter colocado os empresários à frente. Por isso está viva. Porque a integração é assinada pelos presidentes, pelos ministros, mas para que tenha ‘substância’ é preciso que os empresários a levem adiante”*. Está aí uma descrição precisa da Aliança: uma plataforma de negócios voltada a satisfazer os interesses das corporações. *“De nada serve os burocratas negociarem se os empresários não estão interessados. A ideia é que haja, e isso está ocorrendo, um conselho empresarial da Aliança do Pacífico em cada país e que tenha opinião diante dos passos que se dão”*. Um comitê de especialistas para aconselhar os presidentes. Paiva diz sobre o perfil comercial da Aliança: *“... Agora se concretiza realmente com a marcha do protocolo comercial. Em 1º de abril, as tarifas chegam a zero”*, destacou. *“Levamos em conta que já existe entre nossos países um importante grau de abertura. Chile é um país que tem uma tarifa média de 6%, acordos comerciais com 63 países, e nossos sócios do bloco também têm bons números nesse sentido. Não necessitamos muito para chegarmos a um acordo”*.

O livre comércio será desastroso para a economia porque ingressarão manufaturas a preços que acabarão por destruir a indústria local, já bastante deteriorada pelas aberturas anteriores. É uma mentira que se abrirão novos mercados para a exportação de manufaturas industriais. A exportação de produtos primários não tem problemas de mercado, não há excedentes de produção agropecuária que não se vendam, o que não se exporta é por decisão dos empresários que esperam melhor cotização do dólar.

O Mercosul é uma integração aduaneira, que favoreceu especialmente às multinacionais alocadas em nossos países, são elas que se integraram e distribuíram a participação no mercado. Não contrapomos o Mercosul à Aliança do Pacífico, uma vez que ambas são alternativas que respondem a setores do grande capital, contrários aos interesses de nossos povos. É a demonstração do fracasso da unidade latino-americana nos termos burgueses. O que fizeram, e muito limitadamente, foi uma união aduaneira para potenciar os negócios dos setores mais poderosos dos países que o integram.

A resposta é a unidade da classe operária e do campesinato de toda América Latina em torno de outra estratégia: a integração nos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Tarefa essa que se realizará com a expulsão do imperialismo, conquistando pela primeira vez a independência, a soberania. Esta unidade será o produto das revoluções proletárias triunfantes em nossos países, cumprindo o objetivo enunciado por San Martín e Bolívar, que as burguesias não cumpriram por seu atraso, submissão e entrelaçamento com os impérios de turno.

(Extraído do Jornal Massas, nº 314, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Chile

A extraordinária crise do capitalismo, causa da profunda deterioração da vida do proletariado, trabalhadores e povos oprimidos. Desagregação das instituições burguesas, em decomposição e retrocesso

O capitalismo como ordem social está assentado em duas classes antagônicas. A burguesia, dona dos meios de produção, acumula enorme riqueza que lhe permite ascender à cultura e educação. Dispõe de todos os recursos que o proletariado produz socialmente, enquanto este somente recebe um salário, que mal dá para sobreviver. A gigantesca exploração e acumulação de capital se traduzem em pobreza crescente dos explorados. Com o alto desenvolvimento capitalista, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, precipitando a crise de superprodução. Os países industrializados, imperialistas, intensificam a guerra comercial, que se transforma em intervenções militares. Destroem-se forças produtivas – atos tão bárbaros que resultam em destruição material e de vidas humanas, barbárie essa que recai sobre os oprimidos. (...)

O Chile também reflete a crise geral do capitalismo, que atinge as instituições, como a polícia, o serviço nacional de menores e o serviço de identificação, que respondem pela morte de 185 menores. Segundo a UNICEF, o número de vítimas é bem maior. Denúncia essa que obrigou a Justiça a ordenar a requisição, em nível nacional, dos computadores, para se conhecer a real situação da mortandade dos menores. Não é confiável a justificativa das autoridades de que parte das mortes se deve ao suicídio e a enfermidades terminais, como o câncer. Nota-se também que os hospitais e centros de saúde estão tomados pela corrupção da política burguesa.

É enorme a desfaçatez do governo que grosseiramente golpeia a consciência dos chilenos. Não lhe importa a crescente

rejeição da população às mentiras e falsificações. Junto às atitudes do governo, a Igreja e a direita reacionária representada pela Democracia Cristã e pelo ministro do Interior e da Justiça se opõem ferreamente ao aborto e à eutanásia dos doentes terminais, que clamam por decisão própria pelo fim de seu sofrimento. Todos esses detratores, no entanto, hoje e sempre, nunca defenderam a vida das crianças, contribuindo pela omissão com alto número de vítimas.

Diante da evidência dos fatos, a senhora Presidente, Michelle Bachelet, dá todo apoio à questionada Javiera Blanco, ministra da Justiça, que tem sido, no momento, acusada de conivência com a corrupção e de faltar com a lei. Como disse o ministro porta-voz do governo, aqueles que fazem as leis são os primeiros a transgredi-las, referindo-se ao cisco no olho alheio e não no seu próprio. Até os entreguistas Ricardo Lagos Escobar e Sebastián Piñera se declararam a favor da transparência e honradez, apresentando-se como candidatos dignos de ocupar de novo o cargo presidencial, como se os chilenos fossem um bando de imbecis, como se não déssemos conta de suas traquinagens que lhes permitiram fazer grandes fortunas.

Tudo isso ocorre sem maiores consequências porque a classe operária chilena foi profundamente golpeada pela ditadura militar de Pinochet e desorganizada pela política traidora do Partido Socialista e do Partido Comunista estalinizado. A tarefa da vanguarda é de recuperar o terreno perdido organizando o partido operário revolucionário.

(Extraído do Jornal Lucha Obrera do Chile, março-maio de 2016)

Bolívia

Governos estrangulados economicamente e o poder central lhes fecha as portas

Como sequência dos preços do petróleo e do gás, a arrecadação dos estados e municípios diminuíram drasticamente, ao ponto de paralisar importantes obras e postergar projetos igualmente importantes. O governo sistematicamente adiou a convocação de uma reunião do Conselho Nacional de Autonomias para definir o chamado pacto fiscal, que deve estabelecer a distribuição dos recursos do poder central às diferentes regiões do país.

O governador de La Paz, ex-masista Patzi, (obviamente com objetivo proselitista), iniciou uma greve de fome, exigindo a resposta a uma plataforma de dez pontos, entre os quais se encontra um aumento de 4% nas arrecadações do município e que as arrecadações da Autopista El Alto-La Paz, cerca de 50 mil Bs por dia passem diretamente ao prefeito para ser investido em obras.

Constituiu-se um outro piquete de 30 grevistas, formado

de representantes das federações de juntas de vizinhos de La Paz e de El Alto, da Federação Departamental de Trabalhadores, Camponeses de La Paz (Tupac Katari) e da Confederação de Juntas Vicinais da Bolívia. Essas organizações, mobilizadas na Praça Murillo, deram um prazo de 48 horas ao presidente Morales para que responda satisfatoriamente ao pedido do governo de La Paz e que compareça a um cabildo aberto (tipo de assembleia popular) para 3 de agosto.

A desprezível resposta do oficialismo não se fez por esperar. O ministro Cocarico disse a Patzi: “*desafio-o a buscar recursos alternativos (como o que se fez na sua gestão) criando benefícios da produção aurífera ...*” o gringo Gonzales de maneira prepotente afirmou: “*...Ele sabia das limitações, é uma atitude infantil, pois, essa é sua tarefa como autoridade, para isso foi eleito, não para que ponha a chorar*”. O deputado Franklin Flores disse que Patzi gasta mais dinheiro para soldos do que para obras.

Enquanto o governo central firmemente se nega a atender os reclamos dos estados e municípios, de maneira vergonhosa, a ministra das Comunicações se nega a revelar ao parlamento, o quanto gasta com a chamada “publicidade de gestão”, que, em resumo, não é outra coisa senão a campanha proselitista permanente que desenvolve o oficialismo, nega-se a revelar quanto custam ao Estado as transmissões ao vivo das partidas de futebol, nas quais Evo joga, etc. O cinismo da ministra chega ao ponto de propor que o parlamento aprove um aumento para seu ministério, porque diz que não é suficiente o que tem para “manter a população informada sobre os avanços do processo de transformação”.

Quando os representantes do governo falam em “buscar outros recursos alternativos” estão pensando em criar novos impostos (proposta central dos Estatutos Autônômicos, que a população rechaçou nos referendos) para que, desta maneira, também seja a população que tenha de suportar – apesar de sua miséria – o peso da insolvência dos governos estaduais e municipais. Esta é outra forma concreta de como o Estado burguês descarrega sobre os ombros da população todo o peso da crise estrutural do sistema capitalista em decomposição.

Está na hora da população ganhar as ruas para impedir maiores sacrifícios quando por meio dos impostos, está sendo submetida à maior fome e miséria. O Estado é a obrigado a financiar os serviços mais elementares (água, energia elétrica, saúde, educação, etc.) com onerosos impostos que a população já paga. Chega de financiar os soldos do monstruoso aparato

burocrático ineficiente do Estado, o desperdício de dinheiro com propaganda política, com viagens de turismo do presidente e de seus amigos, etc. O Estado tem obrigação de financiar as obras que se desenvolvem tanto nos estados quanto nos municípios, distribuindo os recursos de maneira racional e equitativa.

No fundo do problema está a incapacidade do Estado burguês de atender às necessidades de todas as regiões e municípios do país. O famoso “Pacto fiscal” de que o governo fala, seguramente, se perderá no localismo próprio de um país que não conseguiu se integrar economicamente. Cada município exigirá o máximo possível em detrimento dos demais.

A resposta ao atraso do país, para alcançar um desenvolvimento harmônico de todas as regiões, é a revolução social de todos os explorados, um verdadeiro governo de operários, camponeses e classes médias oprimidas das cidades, dirigida pela vanguarda revolucionária que é o proletariado. Revolução que arrancará do controle das multinacionais as riquezas que estas saqueiam, expropriar a burguesia dos meios de produção, destruir o Estado burguês e instaurar o Estado socialista, por meio do qual toda a riqueza que se produz com esforço de todos os trabalhadores seja aplicada no desenvolvimento harmônico das regiões, na diversificação da economia, criação de indústrias e fontes de trabalho em todo o país.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2457, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No Jornal Massas, nº 524, expusemos a crítica de Lênin ao espontaneísmo reformista e a defesa da subordinação da luta por reformas à estratégia de poder do proletariado. Neste número do Massas, exporemos a crítica de Lênin ao terrorismo. No final do século XIX e início do XX, quando Lênin escreve o livro “Que Fazer?”, estavam em voga as ações terroristas, que se chocavam com a tarefa de transformar a socialdemocracia russa em um partido centralizado e dirigente das massas em luta. Tal método praticado por organizações que viam os atentados como o caminho para combater e derrubar o governo autocrático devia ser criticado nos seus fundamentos de classe.

Sem uma clara delimitação, a socialdemocracia estaria sujeita a influências opostas ao marxismo e à estratégia revolucionária. Essa é a razão de Lênin incorporar nas discussões do “Que Fazer?” a crítica ao grupo Svoboda, que se intitulava revolucionário-socialista, mas que pretendia incluir o método do terror individual no programa. Evidenciará a base espontaneísta do terrorismo. Nesse terreno, a fração economicista da socialdemocracia confluiu com o Svoboda. Não apenas era incapaz de se diferenciar como sofria influências do terrorismo. Nota-se que, de um lado, o marxismo se confrontava com o espontaneísmo economicista e, de outro, com o espontaneísmo terrorista, aos quais Lênin denominou de “dois polos opostos da corrente espontânea”.

Nas palavras de Lênin: “Os economicistas e os terroristas contemporâneos têm uma raiz comum, a saber: o culto da espon-

taneidade, do qual temos falado no capítulo precedente como um fenômeno geral e que agora examinamos sob o aspecto de sua influência no terreno da atividade e da luta política”. Ressaltamos a identificação que Lênin faz do espontaneísmo como “fenômeno geral” e as suas manifestações particulares. Por mais diferenças que tivessem os economicistas com os terroristas, tinham em comum o espontaneísmo como substância de suas políticas. Parece-nos muito importante a seguinte constatação de Lênin: “A atividade política tem sua lógica, que não depende da consciência daqueles que, com as melhores intenções do mundo, exortam ou bem o terror ou bem a imprimir um caráter político à luta econômica em si”.



Observa-se que aqueles que se colocavam pela via do terror individual, portanto, à margem do proletariado, eram intelectuais que provinham da pequena burguesia. Naquela situação, podiam contar com a simpatia de “muitos liberais russos”. Lênin conclui que as contradições do Svoboda refletiam “uma das fases da decomposição e decadência desse círculo tradicional de ideias (pré-socialdemocratas), que tinha sido obrigado a continuar atado ao terror”. Tratava-se de um eco do passado que deveria ser superado pela transformação da socialdemocracia russa em partido revolucionário, marxista, vanguarda do proletariado. Era necessário, portanto, rechaçar a tentativa do Svoboda de “substituir a agitação pelo terror”, que subestimava a atividade “revolucionária das massas”. Essa mesma crítica é dirigida à fração espontaneísta da socialdemocracia.